



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1305/12	DATA: 27/09/2012
INÍCIO: 16h10min	TÉRMINO: 20h22min	DURAÇÃO: 04h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h12min	PÁGINAS: 94	QUARTOS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Coordenadora Executiva do Coletivo Mulher Vida.
CLAUDIO DOS SANTOS SILVA - Chefe da Assessoria da Criança e do Adolescente da Polícia Militar de Pernambuco e do Programa Patrulha Escolar.
KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO – Delegada da Polícia Federal.
ZANELLI GOMES ALENCAR – Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco.
MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Secretária de Direitos Humanos do Município de Recife.
LUIZ GOMES DA ROCHA NETO – Coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de Pernambuco — CAOPIJ.
ELEONORA PEREIRA, Representante do Movimento Nacional Mães pela Igualdade.
JOSÉ FERNANDO DA SILVA – Presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescente e Secretário da Criança e da Juventude.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve falha na gravação.
Há oradores não identificados.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A presente reunião, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, reunião da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, é nossa 15ª reunião.

Nós estamos aqui graças a um requerimento de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, que é membro desta CPI e solicitou que nós pudéssemos estar aqui realizando algumas diligências e ao mesmo tempo fazendo esta audiência pública, para que nós possamos estabelecer diagnósticos altivos e ativos e também para, a partir desses diagnósticos, estabelecermos as condições necessárias para que possamos fazer o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como do turismo sexual.

Eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Assembleia Legislativa, Deputado Guilherme Uchoa, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais necessários para a realização desta reunião nesta Casa Legislativa.

Estão aqui conosco o Deputado Paulo Rubem Santiago, que é autor da iniciativa de realização desta diligência da CPI aqui no Estado de Pernambuco, a Deputada Liliam Sá, que é do PSD do Rio de Janeiro, Relatora desta CPI — o Deputado Paulo Rubem é do PDT aqui de Pernambuco —, e o Deputado Federal Luiz Couto, que é do PT da Paraíba, um grande ícone na defesa dos direitos da pessoa humana, em particular dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, segundo a nossa legislação, são sujeitos, e sujeitos de direitos.

Eu gostaria de chamar para que pudesse aqui compor conosco a Mesa diretiva dos trabalhos o Sr. Fernando Silva, que é Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e Secretário da Criança e da Juventude e aqui representa o Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos. É um prazer tê-lo aqui.

Gostaria de chamar ainda para compor a Mesa o Juiz Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto, que aqui representa o Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. É um prazer tê-lo aqui.

Gostaria de chamar para compor a Mesa a Promotora de Justiça Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, que é Coordenadora do CAOPIJ — Centro de



Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de Pernambuco, com quem nós tivemos o prazer de ter uma longa, rica e frutífera reunião na parte da manhã.

Gostaria de chamar ainda a Sra. Maria do Amparo Almeida Araújo, que é Secretária de Direitos Humanos do Município de Recife.

Convido também para compor a Mesa o Dr. Marlon Jefferson de Almeida, que é Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco.

Nós vamos continuar compondo a Mesa, mas estamos com problema operacional de falta de espaço. Ainda chamaremos, para que possa fazer a sua fala e contribuir para as nossas discussões, o Dr. Zanelli Gomes Alencar, que é Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco, com quem também tivemos o prazer e a alegria de estar e de poder colher vários dados acerca da exploração sexual aqui no Estado de Pernambuco e também de conhecer as dependências da Delegacia de Proteção; a Sra. Niedja da Silva Queiroz, que é Secretária de Assistência Social do Município de Recife; e o Major da PM Cláudio dos Santos Silva, que aqui está. Major, eu gostaria, se fosse possível, que o senhor ficasse mais próximo, porque nós estamos ainda sem as cadeiras necessárias, mas gostaríamos de escutá-lo nesta reunião, porque temos absoluta certeza de que o senhor contribuirá sobremaneira para os trabalhos desta CPI.

Gostaria de também chamar para que fique mais próximo, porque também gostaríamos de escutá-lo, o Sr. Eduardo Costa Cavalcanti, que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco. Não sei se se encontra.

Chamo a Sra. Eleonora Pereira, que é representante do movimento nacional Mães pela Igualdade, para que possa compor a Mesa conosco, e a Sra. Maria Luíza Duarte Araújo, que é Coordenadora do Coletivo Mulher Vida e membro da Coordenação da Rede de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Maria Luíza, fique aqui conosco.

O Dr. Marlon está? (*Pausa.*)

A Dra. Kilma Caminha aqui representa o Dr. Marlon Jefferson de Almeida.

Bem, a CPI está funcionando desde abril deste ano, e ela tem como objetivo fazer um processo de investigação acerca da exploração sexual e do turismo sexual



de crianças e adolescentes neste País. Ela se alimenta também dos trabalhos já realizados no Congresso Nacional pela CPI que teve o seu término no ano de 2004, mas ela pretende abordar temáticas e situações que são diferenciadas e novas com relação ao trabalho que foi feito pela CPI Mista que aconteceu no Congresso Nacional. Nós estamos falando particularmente das grandes obras.

Recentemente estivemos em Rondônia, e ali nós fomos perceber que, depois da instalação de duas grandes obras, a de Jirau e a de Santo Antônio, nós tivemos um aumento por volta de 400% do número de estupros, ainda que consideremos que houve uma reformulação da tipologia e da caracterização do estupro, que ficou mais rígida nesse período. O número é absolutamente alarmante. Houve também aumento de 25% dos casos de gravidez precoce nessas localidades.

Portanto temos uma preocupação com as grandes obras. Achamos que é preciso que se faça valer a licença, o licenciamento socioambiental, e muitas vezes a questão ambiental acaba por invisibilizar a necessidade de uma preparação para os impactos das grandes obras nos direitos das pessoas, dos seres humanos, mais particularmente nos direitos de crianças e adolescentes.

Queremos, portanto, construir protocolos, legislações, na perspectiva de proteger nossas crianças e adolescentes dos impactos de grandes obras.

Nós tivemos a oportunidade de conhecer a realidade de Suape, aqui no Estado de Pernambuco, onde dobrou praticamente a população. Você em verdade tem que ter instrumentos e mecanismos para proteger as crianças e os adolescentes.

Nós também queremos discutir a realização dos grandes eventos aqui no Brasil, porque, se não houver uma preparação do País — e preparar o País não é apenas dotá-lo de infraestrutura aeroportuária ou de infraestrutura hoteleira, mas também proteger os direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes —, nós podemos ter um impacto grande também nos direitos das nossas crianças e um recrudescimento da exploração e do turismo sexual.

Nós estamos preocupados, então, em estabelecer protocolos, discussões, e em que nós possamos considerar como prioridade na preparação do Brasil para as Copas a proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.



E nós temos a preocupação de estar trabalhando também com as fronteiras, porque temos recebido várias denúncias na perspectiva de apontar que há uma fluidez da exploração sexual, da atuação de redes, nas fronteiras. E há denúncias na perspectiva de apontar os que deveriam proteger as nossas fronteiras mas estão atuando numa condição de sujeito da própria exploração sexual.

É muito importante, portanto, que nós possamos contemplar esses três aspectos, que são aspectos novos no que diz respeito aos trabalhos que foram belamente concluídos e desenvolvidos pela CPI Mista que aconteceu no Congresso Nacional.

Nós temos a compreensão de que o processo da exploração sexual concentra uma série de desigualdades, como a desigualdade social, porque muitas vezes a pobreza empurra as nossas crianças e os nossos adolescentes para a situação de exploração sexual. Talvez seja a primeira vitimização a ausência de condições de vida que respeitem o princípio fundante da nossa Constituição que fala de dignidade humana. Ao serem empurradas para a exploração sexual, elas são revitimizadas, porque não têm assegurados os seus direitos sexuais nem o exercício da sexualidade correspondente à fase em que vivem, à fase própria do seu desenvolvimento. Têm os seus corpos ou a sua condição humana roubada, a infância ultrajada. E também achamos que há uma nova revitimização quando a fala, via de regra, dessas crianças e desses adolescentes não é escutada. E há uma última revitimização, que é a culpabilização, particularmente dos nossos adolescentes, porque estão em uma situação de exploração sexual. Recentemente nós tivemos uma decisão do STJ, felizmente revista pelo Supremo Tribunal Federal, que inocenta um adulto de 30 anos que estava sendo acusado e respondendo por estupro de vulneráveis, porque houve um entendimento do Poder Judiciário de que aquelas crianças estavam em situação de exploração sexual, portanto elas não poderiam ser consideradas inocentes. É como se a sociedade as empurrasse para a exploração sexual e ao mesmo tempo as culpasse por estar em situação de exploração sexual. Essa pessoa foi inocentada de forma inusitada, embora a legislação seja bastante clara quando fala em violência presumida ou estupro de vulnerável.



Portanto, nós precisamos estar fazendo com que os nossos olhos, o nosso coração e as nossas estruturas sociais não se acostumem com a exploração sexual. Que possamos reagir a isso.

Nós achamos que são bastante alvissareiros os dados que apontam o aumento do nível de denúncia através do Disque 100 e achamos que isso significa, primeiro, que a sociedade desnaturaliza, não considera que isso é natural, e, segundo, que se sente responsável pelos filhos e filhas de todos e de todas como se fossem nossos. Isso é coisa de ser humano. A solidariedade e a possibilidade de viver a dor e a alegria do outro como se fossem a nossa própria dor e a nossa própria alegria, isso que têm os pais, isso que têm as mães, isso é essencialmente humano, uma qualidade, uma peculiaridade humana. É muito importante que haja esse nível de denúncia, que tem aumentado a partir dos dados do Disque 100.

Mas nós carregamos outras preocupações. Primeiro, com a responsabilização. É importante que haja a responsabilização para que nós possamos não alimentar a impunidade. A impunidade, entre outras coisas, ela naturaliza a exploração sexual. Portanto é preciso romper a impunidade. E nós, nestes meses de CPI, nós vamos ver como existe um nível de impunidade que naturaliza, que é fruto e semente da própria naturalização, mas que particularmente envolve os agressores e aqueles que detêm poder econômico e poder político. Nós tivemos depoimentos no Estado do Pará que apontam, por exemplo, a adulteração de laudos em função do envolvimento e da acusação de uma pessoa com muita influência política, que adultera os laudos para poder continuar sem ser responsabilizado.

E o segundo aspecto que nos preocupa é o atendimento a essas crianças e a esses adolescentes, as estruturas dos CREAS, que deveriam estar lidando com a violação de direitos, particularmente com uma violação de direitos que precisa ser discutida. Essas crianças e esses adolescentes precisam ser atendidos para que possam ressignificar suas vidas e interromper a trajetória de exploração sexual.

Estivemos hoje com o Delegado Zanelli, que nos dizia de forma muito clara que, via de regra, são as mesmas as crianças e os adolescentes que são retirados e encaminhados para o Conselho Tutelar, via de regra encaminhados para abrigo, quando não têm uma estrutura, um lar que os acolha. E eles retornam à situação de



exploração sexual, mostrando a incapacidade e a insuficiência do Estado no processo de dar condições e oportunizar uma releitura dessa vida.

A Deputada Liliam sabe disso. Nós não vamos esquecer a fala de uma menina, em João Pessoa, que foi vítima de violência sexual aos 11 anos. Tinha 13 anos quando nós colhemos o seu depoimento. Ela dizia: *“A minha vida acabou. A minha vida acabou porque eu não sou mais pura, porque nunca vou me casar. Nunca nenhum homem vai me querer. A coisa que eu mais gostaria era de ter um marido, ou ter uma relação.”* Isso também indica uma lógica sexista. Essa menina dizia: *“A minha vida acabou”*. E essa menina não tinha ainda tido, 2 anos após ser vítima desse tipo de violência, nenhum tipo de atendimento, para que pudesse repensar, ressignificar... Ninguém muda o que aconteceu com as nossas vidas, mas nós podemos mudar a forma como a encaramos, e, como diz Sartre, o fundamental é que a gente possa, com o resto que fizeram de nós, com o que sobrou de nós, completar-nos e buscar a plenitude mais uma vez.

Então temos uma preocupação muito grande também com o atendimento dessas crianças e desses adolescentes, para que possam interromper a trajetória da exploração e para que nós possamos, enfim, fazer com que o Estado honre a Constituição brasileira. A Constituição brasileira fala de dignidade humana e, para além disso, ela fala da prioridade absoluta da criança e do adolescente, da família, do Estado, da sociedade. E o Estado, a nosso ver, não é apenas o Poder Executivo, embora o Poder Executivo seja absolutamente fundamental, até para a responsabilização jurídica, porque os inquéritos robustos, os inquéritos bem fundamentados, bem construídos, eles originam denúncias no Ministério Público que podem levar a condenação.

Nós temos um nível muito baixo de responsabilização. Portanto é preciso fazer valer aquilo que está na nossa Constituição como prioridade absoluta. Por isso sempre gostamos, ao percorrer os Estados, de conversar com os representantes do poder municipal e com os representantes do poder estadual.

Aqui nós temos um plano, um bom plano, que envolve todos os segmentos do Estado e que estabelece metas muito concretas. Esse plano está sendo subaplicado, um plano de 2007 a 2017, um plano decenal de proteção ou de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes que é multissetorial



e intersetorial, como tem que ser, porque, se os direitos são indivisíveis e inter-relacionados, as políticas públicas que asseguram esses direitos também só são eficazes se forem indivisíveis e inter-relacionadas. Por isso nós também temos a preocupação de verificar se a Unidade da Federação é dotada de um plano construído democraticamente com a sociedade civil e, se ela tem esse plano, de saber qual é seu nível de execução, porque nós vamos perceber a prioridade absoluta, antes de qualquer coisa, por como estão nossas crianças e nossos adolescentes nos orçamentos. Há que se assegurar a dotação orçamentária, a execução orçamentária e também a qualidade das políticas públicas.

Eu vou encerrar apenas lembrando que, via de regra, nós temos notícia de que as estruturas de abrigo para onde muitas vezes são encaminhadas essas crianças são estruturas muito pobres. E é preciso romper a lógica das políticas pobres para o povo pobre, porque elas fazem com que eles nunca esqueçam que são pobres, internalizem essa pobreza e perpetuem essa pobreza. Portanto é preciso romper a lógica da política pobre para o povo pobre para que nós possamos ter uma sociedade de pessoas inteiras, de pessoas que possam ser iguais em direitos ao mesmo tempo em que reconhecemos e abrimos espaço para a vida e a vivência da singularidade. É o momento em que nós precisamos ter espaço para viver as nossas subjetividades e singularidades, o momento em que a mão invisível do mercado abocanha, captura tantos desejos, captura e invade a cidadania da nossa intimidade. É importante ver a singularidade, mas assegurar a condição universal dos direitos que tem cada uma e cada um de nós apenas porque somos seres humanos, não somos coisas, não somos gado.

Com estas palavras, eu declaro aberta a presente audiência pública. Espero que tenhamos uma boa discussão. Ela comporá os relatórios.

Pergunto ao autor da iniciativa, Deputado Paulo Rubem Santiago, se quer fazer uso da palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam Sá, Deputado Luiz Couto, prezados integrantes da Mesa, eu vou ser muito breve, porque eu acho que o objetivo da CPI é nós podermos ouvir os depoimentos dos representantes do poder público, da sociedade civil e dos conselhos.



É inegável que nós estamos diante de uma situação extremamente desafiadora. Eu comentava há pouco que o momento que Pernambuco vive hoje não é um momento novo na história. Há 40 anos, o Nordeste passou por uma situação similar, que se tornou conhecida à época como a fase do milagre brasileiro. Isso fez com que se especulasse que nós estávamos efetivamente saindo de uma situação de atraso para uma situação de desenvolvimento.

Os mais estudiosos daquele período recordam-se que nós chegamos a apresentar taxas de crescimento do PIB maiores do que a média das taxas dos países europeus e dos países asiáticos. O Nordeste cresceu acima da média nacional, durante quase uma década, 5%, 6%, 7% do PIB, e isso não fez com o Nordeste deixasse de ser a Região com o pior IDH do País, com os piores índices socioeconômicos, com os maiores índices de analfabetismo, com o menor índice de renda *per capita*. E mesmo nesta situação regional em que nos encontramos hoje em Pernambuco, aqui bem próximo de nós, no Estado da Bahia, situações similares a esta também já se desenvolveram, e já se consolidaram.

Nós estamos prestes a, em alguns anos, inaugurar aqui uma refinaria de petróleo. Na Bahia, há mais de 40 anos funciona a Refinaria Landulpho Alves Mataripe, que, como refinaria, é um equipamento de muito maior porte do que a refinaria que vai se implantar aqui em Suape. Nós vamos ter aqui uma montadora de veículos, no Município de Goiana; na Bahia, já se implantou a Ford há mais de 15 anos. Nós temos atração de investimentos para o complexo de Suape; na Bahia, já se consolidou o Polo Petroquímico de Camaçari, com investimentos iguais ou superiores aos investimentos que nós vamos receber, ou estamos recebendo, em Suape. Nem por isso esses grandes investimentos transformaram o Estado da Bahia com os melhores indicadores de desenvolvimento urbano, de atenção social, de proteção, de prevenção, de educação e de direitos. Então é preciso que nós nos antecipemos e sejamos capazes de superar aquilo que lá atrás não superamos no milagre brasileiro e aquilo que há algumas décadas também não foi objeto de análise e de cuidados por parte do poder público no Estado vizinho no Nordeste, a Bahia.

Esses números nos têm causado uma preocupação muito grande. É nos grandes polos econômicos, nos grandes eventos culturais, festivos, tradicionais, nos



corredores econômicos, como vimos no Sertão do Araripe, na BR-232, na região do gesso, que ocorre o alto índice de exploração, de violência sexual contra crianças e adolescentes, os indicadores que já foram aqui revelados pela Deputada Erika e que nós já estamos encontrando em Municípios do litoral sul, no entorno de Suape, no entorno do Município de Ipojuca, e que demonstram uma disparidade entre a velocidade com que o capital chega, investe, passa a acumular, e a capacidade dos poderes públicos de intervir no sentido de se preparar para receber esses investimentos com dignidade para a população. Porque não basta comemorar a expansão do emprego no litoral sul, ou a expansão do emprego na Mata Norte, ou a expansão do emprego lá no Sertão do Piauí, fruto dos investimentos. O que importa é comemorar o casamento dos investimentos com a melhoria da qualidade de vida da população, e não termos índices elevados de investimento, de crescimento do PIB, de aumento da arrecadação, mas nos confrontarmos com as velhas mazelas, com as distorções dos velhos modelos de desenvolvimento.

Nós lá, hoje, colhemos com o delegado Dr. Zanelli e com a Promotora do CAOP, Dra. Ana, alguns depoimentos que mostram ainda lacunas, passivos e desafios que nós temos que enfrentar para equacionar, com competência, com as três esferas de governo, de forma interdisciplinar, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, políticas públicas, sobretudo porque estamos exatamente na metade da vigência do Plano Estadual de Enfrentamento, que traz antes de si um relatório preocupante.

O primeiro Plano, pelo que está publicado aqui, não chegou a atingir sequer 10% das suas metas. E hoje nós já diagnosticávamos aqui tarefas que competem, por exemplo, ao Poder Judiciário, que tem o seu orçamento discutido *interna corporis*, tarefas que competem ao Ministério Público, que muitas vezes tem o seu orçamento deteriorado por disputas políticas entre o Executivo, o Ministério Público e outros órgãos da sociedade. Então, enquanto persistirem esses isolamentos e essas desafinações, as metas não serão atingidas, porque elas só serão atingidas, como está posto aqui, se houver um orçamento uno, coordenado, articulado e afinado, para que nós possamos responder a esses desafios.

Por isso é que a gente vê com muita preocupação os dados que são levantados e, sobretudo, a permanência dessa desarticulação entre os poderes,



essa precariedade de investimento, de disponibilidade orçamentária. Isso compromete a concretização das metas. Mais importante do que mobilizar a sociedade e definir mediante consenso um plano é garantir os meios para que esse plano possa se transformar em realidade, senão ele fica no papel e, como dizem os arquitetos, papel aceita tudo, basta escrever, basta riscar, que ele aceita. O problema é transformar isso em dados encorajadores, para que nós possamos superar essas dificuldades.

Então, como autor da iniciativa, eu agradeço o acolhimento da CPI. Há uma agenda muito intensiva em outras regiões, em outros Estados, coincidindo com outras agendas de projetos, de ações, de medidas, como nós estivemos envolvidos agora com a discussão do Plano Nacional de Educação, que tem um rebatimento também relacionado com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mas eu creio que esta audiência aqui pode contribuir bastante.

Eu agradeço, portanto, à Deputada Erika e à Relatora a vinda a Pernambuco. Espero que possamos ouvir a todos e a todas, no sentido de construir na prática as políticas que a sociedade tanto reivindica e a nossa participação nelas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Federal Luiz Couto. E já vou dizer que o Deputado talvez não fique conosco até o final desta audiência pública, porque está com compromisso já agendado na sua cidade, que é muito próxima daqui, João Pessoa. Ele vai ficar o máximo de tempo que for possível, o que nos deixa muito felizes, porque carregamos um respeito muito grande pelo Deputado Luiz Couto, bem como pelo Deputado Paulo Rubem e também pela Deputada Liliam Sá.

Então eu passo a palavra agora para o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, já justificando a sua ausência antes do término desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Boa tarde, companheiros e companheiras de luta neste combate permanente, no enfrentamento da violência contra as crianças e adolescentes, bem como de uma das violências maiores, que vem através do abuso sexual, da exploração sexual, da pedofilia também, que tem crescido.



Um aspecto chamou a atenção de todos nós. Nós temos diversas CPIs já realizadas neste País. E a cada momento, quando o relatório é entregue às autoridades, vem o compromisso de enfrentar a questão. Também nas campanhas eleitorais, os prefeitos assinam o Pacto pela Infância e Juventude, e os governantes também. Mas muitas vezes as políticas públicas não enfrentam essa questão. Hoje a gente verifica que há setores preocupados com isso no Executivo, no Legislativo, no Ministério Público, no Judiciário, mas não enquanto instituição como um todo enfrentando a questão.

Eu dou um exemplo. Nós estivemos lá no Triângulo Mineiro investigando uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. Uma cidadezinha chamada Delta, perto de Uberaba, essa cidade tinha 3 mil habitantes. Com a instalação de uma usina de biodiesel, essa cidade passou para 17 mil habitantes, sem nenhuma infraestrutura. Ou seja, veio aumento da violência, aumento da prostituição de adulto, também da violência contra crianças e adolescentes. Isso mostra que qualquer projeto de desenvolvimento, se não estiver acompanhado de políticas públicas que enfrentam a questão da criança e do adolescente, políticas públicas que assegurem direitos, que assegurem cidadania, nós vamos continuar resistindo, porque nós resistimos fazendo algumas ações, mas no geral se vê que a violência cresce, e em novas formas de violência contra a criança e o adolescente. O processo de investigação muitas vezes não acontece como deveria, principalmente quando há envolvimento de figurões da sociedade. Aí é um abafa geral.

Eu me lembro lá do meu Estado, onde nós identificamos na CPMI da Exploração Sexual, lá do Congresso Nacional... Como tinha gente de um lado e gente de outro lado, então abafaram e nenhum dado saiu na mídia. E depois eles ficam reclamando que as CPIs e as CPMIs acabam sempre em pizza, quando na realidade aquilo que nós fazemos de investigação nós levamos para o Ministério Público, para o Judiciário, para o Legislativo, enfim, mostrando que é importante nós continuarmos esse combate à impunidade.

Infelizmente, ainda há muita cumplicidade de alguns setores. Eu diria que hoje ainda nós temos a sociedade civil, através das organizações de defesa da criança e do adolescente. São elas que nos dão essa fortaleza para continuar o



combate, são elas que insistem, dizendo: *“Olha, não podemos aceitar a exploração sexual de crianças, não podemos aceitar que o País alimente o turismo sexual”*.

Nesse sentido, eu queria dizer que essa luta, ela é uma luta fortalecida por essas entidades, por essas instituições. Sem elas, com certeza nós estaríamos muito atrasados.

Por isso estamos aqui, para ouvir aquilo que acontece ainda em termos de exploração, de abuso, mas principalmente as propostas para que nós possamos enfrentar de vez essa questão. Porque não dá para que nós continuemos dizendo que o País ainda é refém da exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente do avanço do turismo sexual e do turismo nas rodovias também, que aparece muito no relatório que sai sempre pela Polícia Rodoviária Federal, mostrando que temos que dar um basta a essa situação. E aí todos nós somos chamados: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil. Enfim, todos nós somos chamados a enfrentar, a combater esse tipo de violência contra nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Eu passo a palavra agora à Relatora desta CPI, mas antes eu gostaria apenas de dizer que o nosso Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco já está aqui. É um prazer tê-lo aqui mais uma vez. Nós tivemos a oportunidade de conversar bastante na parte da manhã. Nós estamos com problema de local, mas vamos chamá-lo para também fazer uso da palavra.

Passo agora a palavra para a Relatora da CPI, a Deputada Federal Liliam Sá, do PSD do Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito boa tarde. Eu quero cumprimentar a todos cumprimentando a Mesa, a nossa Presidente Erika Kokay, cumprimentando o Deputado Paulo Rubem e parabenizando-o pela iniciativa. E cumprimentando-o eu cumprimento toda a Mesa, cumprimento o meu colega de bancada também, que, além de fazer parte desta CPI, também é 1º Vice-Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, o Padre Luiz Couto. Cumprimento toda a Mesa. Cumprimento as mulheres cumprimentando a nossa Promotora Ana Carolina. E



cumprimento os demais. Eu não tenho o nome de todos que estão na Mesa, mas já cumprimento antecipadamente a todos.

A nossa vinda a Pernambuco, ela foi motivada, começando pelo Nordeste, por causa dessas visitas que nós estamos fazendo a outros Estados. E nós ficamos até felizes, porque Pernambuco estava num *ranking* maior de exploração sexual, e, segundo a Polícia Rodoviária Federal e o Disque 100, diminuiu. Mas nós, ouvindo as pessoas hoje — estivemos no Ministério Público, ouvindo a Dra. Ana Carolina e também ouvimos, na GPCA, o Dr. Zanelli —, detectamos alguns pontos que precisam ser debatidos nesta audiência e precisam ser esclarecidos também, porque o que nós temos é uma amostra do que foi no passado e do que está se fazendo agora através de um diagnóstico de pesquisa através do Disque 100 e de alguns laudos que a Polícia nos passou.

Eu quero dizer que aqui em Pernambuco a renda *per capita* é 894; a expectativa de vida da criança é de 68,62 — foram os dados que nós pegamos —; e a frequência escolar é de 89,24%. Isso aí para a gente é até uma felicidade, porque a taxa de frequência escolar está boa. Então isso quer dizer que existem menos crianças fora das escolas, e se não estão fora das escolas, estão fora das ruas.

Nós detectamos algumas dificuldades na questão que nos foi colocada da polícia técnica: falta prova técnica; não existe um instituto pericial; existe uma desarticulação do Judiciário com os Municípios; poucos técnicos e analistas na questão da exploração sexual infantojuvenil; promotor de justiça exerce também a função de promotor da infância; existem duas varas de proteção, que são na área cível, e duas varas para crimes sexuais.

Também nos foi falado que o orçamento para o Ministério Público é pequeno, ele foi cortado, e não é prioridade.

Também foram levantadas denúncias das visitas íntimas a presídio com meninas, com carteiras de identidade adulteradas, e faltam programas de proteção para as vítimas. Se a menina faz um relato, ela corre risco de vida, não pode se expor, porque não tem um programa para a proteção à vítima.

Como foi falado pela nossa Presidenta, nós temos grandes eventos e grandes obras, e, pelo nosso Deputado, ele falou na questão dos investimentos que estão vindo para Recife, dos grandes investimentos, e isso gera mais movimentação de



peessoas dentro do Estado de Pernambuco, as pessoas vindo de fora para trabalhar. E isto foi colocado para a gente pela manhã, que mais de 40 mil trabalhadores informais estão vindo para Pernambuco. Isso para a gente é uma questão que envolve a prevenção na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Foi falado também, nesta manhã, do tráfico interno de pessoas. Falta um serviço técnico para localizar essas redes, faltam políticas públicas para adolescentes, falta uma delegacia especializada em crime cibernéticos e uma estrutura melhor para a GPCA. Ela é precária para o atendimento de crianças e adolescentes.

Por isso nós estamos hoje aqui, para ouvir, e queremos ajudar também no que for possível para melhorar as políticas públicas voltadas para criança e adolescente aqui no Estado de Pernambuco.

Como foi falado pelos nossos colegas aqui, estivemos em outros Estados, detectamos a mesma coisa: falta orçamento; o dinheiro que é para a criança e o adolescente não é investido corretamente; não existe um compromisso dos governos com a infância e a adolescência. E nós queremos isso, é saber, fazer um diagnóstico, um desenho do Brasil e saber por que essas políticas não estão sendo cumpridas da forma que tem que ser, conforme a lei dita. Então, por que o dinheiro não é direcionado — da criança e adolescente —, não é aplicado corretamente?

Então eu quero deixar a minha contribuição, como Relatora desta CPI, no sentido de que, no final da CPI, sairá uma lei, um desenho, um marco legal, alguma coisa que mude a situação das nossas crianças e adolescentes em todo o Brasil. Nós sabemos que a Presidente Dilma está nos ajudando muito nessa questão da criança e do adolescente com políticas de combate à fome, à miséria. E nós queremos muito mais para as nossas crianças, queremos que as nossas crianças sejam reconhecidas como prioridade absoluta, e isso não acontece. Então nós vamos fazer um diagnóstico, um desenho aqui de Pernambuco, e queremos, sim, contribuir para que as crianças daqui tenham uma infância melhor.

É o que eu tinha para dizer. E dizer para vocês que nessa questão da exploração sexual, o corporativismo machista continua ali: um cobre o outro nessa questão das meninas, principalmente. Há uma discriminação muito grande nesse sentido.



Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Eu passo a palavra agora... Nós vamos combinar de estabelecer um prazo de 10 minutos — se todos os que forem usar da palavra estiverem de acordo, particularmente os que compõem a Mesa. Nós vamos informar quando faltarem 2 minutos e vamos informar gentilmente para a conclusão quando os 10 minutos se fizerem presentes.

Então eu vou passar a palavra à Maria Luiza Duarte Araújo. Nós tivemos também a oportunidade de estar com ela na parte da manhã, que é Coordenadora da Coletivo Melhor Vida...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Coletivo Mulher Vida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui escreveram melhor vida, mas obviamente que é mulher vida. Sem mulher vida não tem melhor vida, porque a mulher, quando se movimenta, movimenta o conjunto da sociedade. E quando a gente enfrenta a exploração sexual, enfrentamos também a discriminação de gênero, que remonta ao colonialismo, à escravidão. Gostaram da justificativa pelo erro? (*Risos.*) Brillhante! Muito bem! Isso.

Então, repito tudo. Eu vou chamar para fazer uso da palavra a Sra. Maria Luiza Duarte Araújo, que é Coordenadora da Coletivo Mulher Vida e membro da coordenação da Rede de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - E ouvida, melhor ouvida. Então, 10 minutos. Quando tiver minha plaquinha...

Queria, primeiro, parabenizar a iniciativa e dizer que realmente momentos como este fazem com que a nossa luta aqui do dia a dia... A gente há tantos anos está nessa tarefa de trazer esse tema da violência sexual à pauta, à prioridade mesmo, e iniciativas como esta com certeza contribuem para que isso de fato aconteça.

Aproveito para cumprimentar a todos e a todas aqui presentes na pessoa da Presidente da CPI, Erika Kokay, e falar também da sua compreensão de gênero ajuda realmente bastante para entender o fenômeno da violência sexual.



Rede de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco é um nome grande demais, a gente apelida como Rede de Combate. Ela existe desde 1995, ela foi a primeira rede que se construiu no Brasil para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Hoje a gente tem um cenário brasileiro em que existem redes de enfrentamento em todos os Estados, então Pernambuco é pioneiro nessa iniciativa e bastante atuante no movimento nacional.

Eu acho que o primeiro desafio, quando a gente está debatendo a questão da exploração sexual, é tentar diferenciá-la, encontrar as especificidades que ela tem com relação às demais violações sexuais. Muitas vezes a gente junta tudo e fala de abuso sexual, exploração sexual. E, apesar de serem fenômenos que se complementam, que se fortalecem e que têm muitas vezes até práticas similares, na verdade a exploração sexual tem uma série de especificidades que vai fazer com que tudo fique diferente.

Uma coisa que eu acho que é importante ressaltar é, por exemplo, a questão do agressor, ou da agressora, que está envolvido e praticando o crime. Ele não é, em geral, o tipo de criminoso, ou de criminosa, que a nossa Justiça está acostumada a perseguir. Quando você começa a investigar uma situação de exploração sexual, você pode se deparar com uma autoridade, como o padre aqui colocou; podemos nos deparar com uma pessoa que seja um empresário, que seja um político, pessoas que têm um *status* social, que, na situação da exploração sexual, a própria sociedade olha e diz: *“Puxa, vão condenar esse homem por estar com uma adolescente de 16 anos.”* Porque, quando a vítima é uma criança de 4, 5, 6, 7 anos, a sociedade fica realmente horrorizada, mas, se ela tem 14, 15, 16, *“Puxa, a menina já sabe o que faz, está aí porque quer”*. Até 12 anos, a gente se deparou, em pleno 2012, com aquele pronunciamento do Supremo que todo o mundo já sabe.

Então, acho que o primeiro desafio é encontrar as especificidades e entender que, diferente do abuso... O abuso sexual é motivado pelo desejo, ele é motivado por um desejo que é uma transgressão de limite, mas é um desejo. No caso da exploração sexual, além da motivação do desejo, você está com uma motivação de mercado, de comércio. Então, do mesmo jeito que a gente coloca como prioridade o tráfico de drogas, o tráfico de armas... Por que o tráfico de pessoas, a exploração



sexual, você coisificar uma criança e um adolescente para práticas sexuais, não é também colocado com a mesma prioridade, por exemplo, no Pacto pela Vida? Por que a gente não está direcionando esforços para o combate ao comércio ilegal dos corpos de crianças e adolescentes? Porque a exploração sexual é isso. Então, a gente se preocupa muito com o comércio das drogas, das armas, mas o comércio dos corpos parece que não faz tanto... Não envolve, não motiva tanto as pessoas.

E vem sendo apontado como preocupação, inclusive internacionalmente, o risco — e a gente já tem percebido isso — de redes criminosas que trabalham com o tráfico de drogas e de armas entenderem que o tráfico de pessoas, a comercialização de corpos, além de ser um crime bastante lucrativo... Porque, se você tem uma droga, você a vende uma vez e você tem que buscar outra droga de novo, não é isso? Então você vai ter que arrumar o transporte, você vai ter que fazer todo o circuito novamente. Pessoa, não. Uma vez que uma rede recruta uma pessoa para exploração sexual, numa noite, essa pessoa pode ser explorada quantas vezes? Essa mesma pessoa, sem você ter que recrutar novamente?

Então, de fato, além de ser muito lucrativo, ele tem baixa consequência penal. Porque, na quantidade de casos que existem, quais são os casos em que a gente vai pegar um típico flagrante? Você tem que pegar uma situação em que a pessoa esteja ao mesmo tempo praticando sexo e pagando, para poder caracterizar ali, digamos, um flagrante fiel, que facilite uma punição. Em geral, não tem. Aí você também não tem um sistema de investigação policial que possibilite a aproximação dessas redes criminosas por outros caminhos. Então, o que você acaba encontrando? Você encontra pessoas que supostamente são vítimas, supostamente são clientes exploradores e supostamente são agenciadores. É muito difícil, é muita suposição, é muito suposto, é muito... Então, a gente realmente precisa investir mais nas equipes de investigação e na prioridade desse tema dentro do Pacto pela Vida, considerando a realidade de Pernambuco.

Uma coisa que eu acho importante ressaltar é a realização, em 2008, do III Congresso Mundial, que aconteceu aqui, no Brasil. O congresso é organizado pela Rede EQUIPAT e tem um documento, que também é facilmente acessado na Internet, que se chama Carta do Rio de Janeiro. E lá ele descreve tudo isso que se está constatando com a CPI. Ou seja, nós sabemos do que estamos falando e nós



sabemos em que pé estamos com relação ao enfrentamento da exploração sexual. E, nesse sentido, eu tive até o prazer de ontem escutar um pesquisador que fez uma pesquisa, aqui em Pernambuco, em Recife, particularmente, com garotos de programa. Ele foi buscar pessoas adultas, de 19 anos, 20 anos, mas ele pesquisou relatos da infância, relatos de como foi a aproximação com a questão da exploração sexual, onde ela começou. E, aí, primeiro ele decodificou um lugar que todos nós aqui que somos da cidade conhecemos, que é aquela área do Centro e de Triângulo das Bermudas. Ele falou de como a gente está ao redor... Saindo da Prefeitura do Recife, tem uma rua em que é claramente visível a existência de exploração sexual. E ele nos questionava: invisibilidade de quê? Porque a gente sempre fala, na área de exploração sexual, da invisibilidade do problema. Mas invisibilidade de quê? Quem é que não está vendo ou quem não está tendo condições de ver?

Tudo bem que os dados do Disque 100 são pífios na área de exploração sexual, os dados que existem realmente são muito frágeis, mas o conhecimento das autoridades sobre o problema, o conhecimento das áreas onde existe exploração sexual, das áreas onde estão os principais riscos, isso existe. Então, a gente começa a questionar: o problema é invisibilidade, ou o problema é ausência de decisão mesmo, de intervir no tema com a prioridade que ele exige?

Por fim, eu queria simplesmente, nesta breve fala, trazer à tona a necessidade das políticas afirmativas para as vítimas de exploração sexual. Quem trabalha no atendimento e tem uma vítima... Você faz o atendimento à vítima, aquela coisa toda, e a vítima quer fazer um curso de cabeleireiro. Aí você encontra que, em tal escola pública, a Prefeitura está organizando um curso. É um sorteio. É um sorteio. Então, nós estamos lidando com um problema de alta complexidade. Não dá para destinar serviços às vítimas de exploração sexual num banco de credenciamento do Bolsa Família sem fim, num processo em que essa vítima não tem nenhuma política afirmativa dirigida a ela concretamente.

Então eu acho que essa vítima e sua família precisam ser vistos também como alguém que está numa situação de alta complexidade e que precisa de serviços que estejam disponíveis para ela. E não ela entrar nesse mundo que acaba se misturando com todas as outras situações de vulnerabilidade, e quem está no atendimento sabe que é muito diferenciado o perfil e a postura dessas vítimas.



Quando você consegue alguma aceitação, algum contato... Nessa entrevista em que eu estava tinha uma pessoa também do Tribunal de Justiça, uma analista de lá, e ela dizia que, num determinado caso em que foram identificadas oito vítimas, nove vítimas, com quatro se conseguiu fazer uma abordagem, um atendimento, e, dessas quatro, conseguiram-se intervenções apenas para duas. Vejam: eram nove vítimas, quatro aceitaram atendimento, mas só duas foram contempladas com algum serviço. Então, é um pouco o retrato.

Infelizmente o tempo acabou, e a gente vai se complementando nas falas dos demais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Maria Luiza.

Passo a palavra agora ao Major da Polícia Militar Cláudio dos Santos Silva, que é Chefe da Assessoria da Criança e do Adolescente da Polícia Militar de Pernambuco e do Programa Patrulha Escolar, que aqui representa o Coronel Luís Aureliano de Barros Correia, Comandante-Geral da Polícia Militar de Pernambuco, mas antes de tudo representa você mesmo.

O SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - Bem, na pessoa da Exma. Sra. Deputada Federal Erika Kokay, Presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, eu saúdo todas as autoridades da Mesa e, na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Rubem Santiago, membro da CPI também, a gente saúda todos os integrantes aqui da assistência.

Nós nos sentimos honrados e envaidecidos por estarmos aqui representando o Exmo. Sr. Coronel Luís Aureliano de Barros Correia, Comandante-Geral da Corporação, que tem como uma das prioridades 1 justamente esse enfrentamento à exploração sexual, à violência sexual contra essa criança e esse adolescente.

Essa preocupação não é só da Polícia Militar, e sim de todos os órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social, onde, através da pessoa do Exmo. Sr. Secretário Wilson Damázio, tem um endosso com relação a esse enfrentamento, ratificado, como também preocupação, através do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco.

Então, a gente tem como uma das preocupações isso, na qualidade de Coordenador da Patrulha Escolar, nas escolas. Quer dizer, a Patrulha Escolar é uma



atividade pioneira no País. Foi o primeiro Estado do País que colocou, ou focou, a escola como foco de segurança, com a infiltração, a presença policial militar no local, para não só agir como policial militar. Hoje agimos também como educadores, entramos na escola como educadores, cumprindo a missão constitucional da Polícia Militar, que é o policiamento ostensivo fardado, bem como a parte pedagógica, através de ações, através de palestras, abordando a temática que a escola queira que seja abordada, inclusive a exploração sexual dessa criança e desse adolescente que se encontra nessa escola como aluno. Então, a gente alerta, leva a mensagem de causas e efeitos que essa vida traz.

Com relação à questão também desse policial que é lançado na escola, ele também age na parte social, intervindo na parte social da área de projetos, ocupando o espaço de tempo ocioso daquele filho, daquele adolescente, daquela criança, através de projetos sociais na escola, utilizando a habilidade que o homem policial militar tem dentro da sua vida.

Com a materialização dessa preocupação que a corporação está tendo, na semana passada houve uma intervenção na Cidade Alta de Olinda de uma abordagem a uma criança, devidamente captada aquela vulnerabilidade que a criança estava oferecendo, por uma guarnição da Polícia Militar da unidade do 1º BPM.

Então, foi feita a abordagem. Foi constatada a presença daquela criança no local, que já temos como estatística de um local de aliciamento de menores para a vida da droga, para ali se tentar aliciar também essa mesma criança, essa mesma adolescente para a exploração sexual.

Houve certa repercussão. Hoje estou sendo interpelado pela mídia, mídia essa que a gente vê a necessidade da participação efetiva dela nesse contexto de preservação, e a pergunta que hoje paira é justamente não aos parabéns, às felicitações pela intervenção, e sim uma enquete que está sendo feita por conta de se achar certo ou errado cercear aquela liberdade do adolescente e da criança no direito de ir e vir, a partir do momento em que a guarnição interveio, pegou a criança e a levou para o Conselho Tutelar, chamou a família — família essa, a gente vê, muito ausente, uma família que não tem essa preocupação de saber onde o filho está, de saber a companhia, o que está fazendo... Existem algumas situações de se



achar que a intervenção foi feita de modo errado, não se deveria levar a criança para o Conselho Tutelar.

Então, a gente está participando dessa enquete, está participando dessas entrevistas; a gente está solicitando o apoio dessa mídia; a gente está solicitando o apoio da comunidade nessa situação de repassar o que a gente tem como matéria-prima para produzir esse produto de segurança, que é justamente essa informação, informação essa que a gente já tem uma estatística de locais, de pontos. Isso em toda a região metropolitana; isso em detrimento dos indicadores que já foram citados aqui, em face desse desenvolvimento por que o Estado está passando. Então isso aí aumenta de grande forma a situação de vulnerabilidade que essa criança, esse adolescente está passando. É o caso de Suape, onde tem esse foco principal. Todas as guarnições estão voltadas para esse ponto também. Isso aí não foi um fato isolado. Várias situações de intervenções das viaturas policiais militares estão rumando para esse sentido, essas intervenções dessas abordagens, para justamente minimizar essa situação e reverter esse quadro, minimizando esse grau de vulnerabilidade para essa criança e esse adolescente.

Além da Patrulha Escolar, a gente está acumulando também uma assessoria, a chefia da assessoria, para criança e adolescente, não se restringindo única e exclusivamente às escolas. Existem as vias públicas, existem os locais, os *points*, que a gente já tem com estatísticas formadas, os símbolos locais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quais são esses *points*, major?

O SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - Olhe, existem diversos. Olinda é um ponto; Boa Viagem; o próprio Gaibu, aquela área litorânea da área sul.

Então a gente já tem esses pontos levantados, e as intervenções das guarnições policiais militares, devidamente comandadas e determinadas por determinação do próprio Comando-Geral, para intensificar as abordagens a essas crianças e adolescentes; que realmente se comprove, se constate o grau de vulnerabilidade, por parte delas, nesses locais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. Major, existe algum percentual, ou o senhor tem denúncias de que existam policiais militares envolvidos com rede de exploração sexual de crianças e adolescentes aqui em Pernambuco?



O SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - Deputada, até agora a gente não tem esse registro. A gente tem intervindo muito nessas situações, nessas vulnerabilidades em que essas crianças e adolescentes se encontram, mas até então não se tem registro ainda com relação a participações de policiais militares ou policiais civis nessas situações.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

O SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - Então, essa é a preocupação da Polícia Militar; essa — tenho certeza também — é uma preocupação da Polícia Civil. Um dos nossos parceiros é o Dr. Paulo Brandão, que é justamente o Juiz da Vara da Infância e Juventude aqui de Pernambuco, o titular da Região Metropolitana do Recife.

A gente está trabalhando junto, conhecendo outras realidades, outras referências, como é o caso de Minas Gerais — a gente fez uma viagem agora há pouco —, para justamente, nessas ações nas escolas, a gente já, junto à Secretaria de Educação, deixar de fazer solos de intervenções — cada um age isoladamente —, a gente agir integradamente como uma política pública, intervenção de política pública, envolvendo várias secretarias, contemplando todo esse alunado que está nas escolas e que faz parte dessas crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nessa questão das escolas, nós da CPI recebemos denúncias de que crianças estão sendo aliciadas na porta da escola para filmes pornográficos, para exploração sexual de crianças e adolescentes. O senhor tem algum registro, a Polícia Militar tem algum registro de casos desses aqui em Pernambuco?

O SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - A gente tem acompanhado — inclusive, a gente está mantendo contato incessantemente com a GPCA, através da Dra. Renata. É fato que — o Dr. Zanelli já deve ter tido conhecimento — um DJ... DJ esse que no seu *trailer* de música lá tem uma filmagem no celular, celular esse que veio à tona, veio ao conhecimento da própria escola, esse DJ fez essa filmagem com simulações de cenas eróticas com uma criança aluna da escola. Então, a gente já tomou conhecimento da situação, já conduziu à Gerência de Proteção à Criança e Adolescente, e a situação é que estão sendo tomadas as providências legais ao fato.



Então a gente agradece, parabeniza a iniciativa, que justamente endossa que o que estamos fazendo aqui em termos de Pernambuco, nessa junção de atores para minimizar esse quadro... A gente está seguindo o crime certo. E agora é que vai dar mais vontade e mais firmeza, mais coragem para a gente continuar esse trabalho e seguir à frente, adiante, com essa atividade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Major Cláudio dos Santos Silva. Inclusive, só para informar, a Relatora tem a prerrogativa de solicitar qualquer informação que achar pertinente para poder compor o seu relatório. Então, a Relatora, durante toda audiência, tem a palavra franqueada para utilizá-la, no momento em que achar oportuno, porque das suas mãos sairá — aliás, de todas as nossas mãos, mas particularmente nas dela, que nos representa — o relatório.

Eu vou chamar a Dra. Kilma Caminha, que aqui representa o Superintendente Regional da Polícia Federal, Dr. Marlon Jefferson de Almeida.

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - Boa tarde a todos. Eu cumprimento os membros da mesa, a Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI; a Deputada Liliam Sá; o Deputado Paulo Rubem Santiago, o Deputado Luiz Couto, já ausente, e os demais senhores presentes.

Mais uma vez, gostaria de parabenizar a iniciativa de trazer a CPI para ouvir os representantes de vários órgãos do nosso Estado. Não há dúvida de que em Pernambuco realmente está bastante presente o turismo sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Infelizmente, a prioridade de assistência às crianças e adolescentes prevista na Constituição não é observada no nosso dia a dia, tanto pela sociedade como pelo Estado. Nós sabemos que a sociedade também tem seu papel, não apenas os órgãos estatais.

Eu sou Delegada de Polícia Federal aqui em Pernambuco e atuo agora na DELINST, Delegacia de Defesa Institucional. Eu e outra delegada centralizamos os inquéritos que apuram turismo sexual de crianças — no caso, a remessa dessas crianças para o exterior —, como também pedofilia na Internet, todos esses crimes que têm a via da Internet.



Infelizmente, uma coisa que atrapalha bastante nosso dia a dia é que a sociedade não tem ideia de quão forte é a violência sexual cometida contra uma criança. Depois que eu passei a ter contato com as imagens de crianças vítimas, eu posso dizer que eu não sou mais a mesma pessoa. São situações muito chocantes. Eu nunca lidei com crimes tão violentos, tão aterrorizadores. Se houvesse essa consciência, por parte da sociedade, da gravidade, da seriedade, do que é, se tivessem contatos com cenas que no nosso dia a dia somos obrigados a ver, certamente todo o mundo contribuiria. Nós não veríamos pessoas omissas, policiais de vários órgãos da sociedade e também vizinhos... Porque eu não conheço crimes mais violentos, mais sérios, mais terríveis do que a exploração sexual, crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Muitas vezes, são até bebês. É absurdo, é uma coisa, assim, fora do normal.

Não só a sociedade não faz ideia; muitas vezes, os próprios policiais. Na minha delegacia, tive de fazer reuniões para mostrar um pouco do que é, como é grave, como é uma situação que deve ser reprimida, que deve ser prioridade. Mas o próprio Estado, no caso as polícias, também não tem essa consciência de priorizar esse tipo de investigação.

No caso, falando pela polícia, o Estado não prioriza essas demandas, seja na prevenção — e aqui há vários órgãos que atuam na prevenção —, seja na repressão. No caso da polícia, nós vamos pelo lado da repressão.

Na polícia, a gente vem se deparando com redução de orçamento, não temos diárias. É reduzido o quadro do efetivo; temos muitos policiais se aposentando. A renovação é necessária. Nós precisamos de mais concursos, nós precisamos de concursos mais difíceis, precisamos que ingressem policiais capacitados no nosso quadro e que possam contribuir de forma positiva com essas investigações. Porque, infelizmente, nós temos bons sistemas de controle do tráfico internacional, sistema de... Vários sistemas que auxiliam nesse tipo de investigação, com os quais muitas vezes os policiais não têm nem familiaridade. São policiais antigos, que já passaram até de se aposentar muitas vezes, são policiais desinteressados às vezes.

Então, nós precisamos dessa renovação, de mais concursos, de concursos difíceis. Nós precisamos que esses policiais sejam valorizados e capacitados periodicamente — que haja cursos, que sejam estimulados. E isso, infelizmente, não



faz parte da nossa realidade. Nós aí, na polícia, somos acostumados a dizer que administramos pobreza. Infelizmente, essa é a realidade. Apesar de ser Polícia Federal, é a nossa realidade. Imagino como é a Polícia Civil, porque, se na Polícia Federal, nós temos toda essa dificuldade, a Polícia Civil deve ter uma situação muito mais complicada ainda.

Então, eu acho que é isto: é essa carência de investimentos nos setores da polícia que realmente traz essa dificuldade toda na investigação, na condução dos inquéritos. Não adianta só o delegado ter um conhecimento bom. Temos que ter agentes, escrivães que saibam diligenciar, que saibam investigar, acessar sistemas, fazer investigações veladas, para conseguirmos comprovar os crimes, colher indícios de autoria e proporcionar ao Ministério Público os elementos necessários para a formação da opinião do crime, para ele formar a opinião dele sobre o crime e proporcionar a ação penal e responsabilizar os criminosos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Delegada.

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - Pois não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixe-me fazer uma pergunta à senhora.

Hoje pela manhã, a Dra. Ana Carolina falou do tráfico interno de pessoas. E a senhora falou agora do tráfico internacional.

A senhora tem uma estatística desses casos? Já foi apontada alguma rede nesse sentido? Já foi diagnosticado que existe uma rede aqui em Pernambuco para tráfico internacional, para o tráfico interno de pessoas?

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - No caso da Polícia Federal, nós atuamos na parte... No tráfico internacional. E eu posso dizer à senhora que já tivemos notícias de quadrilhas que atuavam — não sei se ainda estariam atuando — em adoções internacionais irregulares. Infelizmente, não conseguimos comprovar o envolvimento deles, justamente por falta de recursos. Nós precisamos, quando temos...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Para a polícia investigativa faltam recursos.

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - Exatamente. Faltam recursos, faltam recursos.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) -- E isso foi quando? Em que ano?

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - Eu relatei um inquérito, acho, no ano passado. Foi concluída a investigação. Infelizmente, não conseguimos comprovar a participação dessa quadrilha, nesses eventos. Mas eu acredito que isso tenha realmente acontecido. Mas não conseguimos comprovar.

Então, o inquérito foi relatado com a sugestão de arquivamento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais alguma coisa?

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, muito obrigada, Dra. Kilma Caminha.

Dando continuidade, eu chamo o Dr. Zanelli Gomes Alencar, para que também possa fazer uso da palavra. O Dr. Zanelli é Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco.

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria dizer que para mim é um prazer estar aqui, nesta audiência pública, para fazer alguns esclarecimentos.

Eu me lembrei de duas intervenções: a da delegada federal, cujo nome não lembro, e a de Malu.

Meu nome é Zanelli. Sou Delegado da Polícia Civil e atualmente estou como Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente.

E me chamou atenção quando Malu disse que, muitas vezes, as pessoas dizem que são invisíveis. Eu concordo com ela: não são invisíveis. Eu tenho, de pronto, catalogados, relacionados, fotografados, com depoimentos, 77... Setenta e oito, aliás, crianças e adolescentes, dos quais 40 estavam em pontos de prostituição nas ruas de Recife — Avenida Boa Viagem, Avenida Norte, Avenida Recife, Santo Amaro, Peixinhos. E elas estavam lá à espera de clientes. Dos 78, 40 eram de exploração; 25, poderíamos dizer vagamente, em situação de risco — e isso inclui, isso relaciona crianças que estão, por exemplo, pela madrugada... Não em ponto de prostituição, mas em locais inóspitos e alegam que estavam ali pedindo esmola, por exemplo. Então, essas crianças estão vulneráveis, sozinhas, e há uma grande possibilidade de elas estarem também sendo exploradas, mas naquele momento



ainda não poderíamos dizer. Tínhamos como informação apenas a palavra dela. E outras, algumas poucas dessas, em trabalho infantil.

Evidentemente, nós não fomos à rua atrás de crianças que estavam trabalhando porque não precisamos ir de madrugada nem em final de semana. Temos, todos os dias, em todos os sinais da cidade, crianças trabalhando. Por acaso eu estava no local, numa hora avançada, e evidentemente me deparei com a criança e a conduzi ao Conselho Tutelar e a sua família, até para esclarecer aos pais que ela não podia ter aquela atividade laboral, que era extremamente danosa ao seu desenvolvimento como pessoa.

Dessas 40 que nós relacionamos, algumas delas encontramos diversas vezes no mesmo local: Avenida Norte, em frente ao SESC, por exemplo. Dessas, deram entrada... Todas deram entrada, via Conselho Tutelar, nos abrigos da Prefeitura da cidade do Recife. De muitas delas a família já tinha perdido, por ordem judicial, o pátrio poder, o poder familiar. Ou seja, responsabilidade do Estado cuidar, dar continuidade à formação dessa criança. A conta... Essa fatura é colocada quase que exclusivamente na conta da polícia, em muitas oportunidades. A polícia é o elo mais frágil dessas instâncias que podem participar da resolução desse problema. Nós estamos limitados, por lei inclusive, para tomar certas atitudes, que não nos cabem. A nossa função é descrita em lei e temos que nos ater ao que a lei prevê quanto à nossa ação.

Então, o que nós percebemos é que encontramos essas garotas e esses garotos, travestis inclusive, e eles — quase 100% — são usuários de *crack*. Eu vou dar dois exemplos aqui. Uma dessas garotas hoje se encontra numa fazenda, na Fazenda da Esperança, em Guaranhuns, porque a cidade do Recife não cuidou dela, e os programas de combate ao *crack*, em Pernambuco, não têm lugar para essa adolescente. E ela está prestes a sair da Fazenda da Esperança porque ninguém — a não ser que eu me disponha a isso; acho que vai acontecer isso — se dispõe, nenhuma instituição das que foram contactadas, a pagar um salário mínimo por mês, quando é atribuição precípua, primeiro, da Prefeitura. Ela tem endereço em Recife, ela era explorada em Recife, ela tem a vida em Recife, mas ela já passou por vários abrigos em Recife. Ela teve um tratamento para a dependência de *crack* porque eu solicitei ao juiz, Dr. Élio Braz, que já tinha um processo com ele de



destituição do poder familiar. A família: o pai está preso, a mãe tem uma séria doença mental e os irmãos são praticamente moradores de rua, em situações semelhantes, de uso de *crack* e de exploração sexual. Então, essa garota entrou diversas vezes no Município. Os pais já foram destituídos do poder familiar. Quem é que tem que cuidar dessa garota? O Município.

Como estão os abrigos? Eu não vou dizer nem da Prefeitura do Recife porque podem dizer que eu estou partidarizando. Não tenho partido, não sou político, nunca serei candidato, nem a síndico. Podem ter certeza disso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Moro em condomínio. Mas nunca serei candidato, nem a síndico. Já fui síndico por 1 ano, para nunca mais na minha vida.

Então, não estou falando pontualmente da Prefeitura do Recife. Estou falando porque moro nela e sei do problema dela, mas eu sei que isso se propaga por todo o País. Criança e adolescente não são prioridades neste País — art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O problema é que a gente fica fazendo audiência pública para todos os problemas do Brasil, e não resolve nada. Audiência pública é muito bom, chama o tema a debate, mas, infelizmente, resultado prático não existe nenhum. Eu não vou dizer “nenhum”. Quase não existe, não é? Eu não tenho essa estatística para dizer, ponto a ponto, de todas as audiências públicas, mas isso é uma sensação. Se eu estiver errado, apresentem dados, que vou concordar que fui vencido pela informação.

Então, essas garotas estão na rua. Elas estão, do estrato social, no último... Na miséria quase absoluta. Não tiveram contato com escola. Elas, desde muito pequenas, estão na rua. E me causa espanto justamente isto: as Prefeituras do Brasil não conhecem os moradores de rua. Quando chegam a eles, através da polícia, ou do Conselho Tutelar, ou de qualquer tipo de organização social ou instituição, não dão acompanhamento. As famílias, muitas vezes, não são inseridas em programas. Quem tem que ser salva não é só a menina, não. É a menina e a família. Porque a menina vai voltar para onde?

Uma dessas meninas, que hoje está na Fazenda da Esperança, como já falei, passou alguns dias fazendo tratamento de *crack*, por ordem judicial — dois minutos



só; obrigado —, no Hospital Otávio de Freitas. De lá foi para a Fazenda da Esperança, por ordem do juiz, o Dr. Élio Braz. E por que ela não está em Recife? Por que ela não está perto de seus familiares? Acho que não sou eu que vou responder a isso, não é? Mas acho que já falei no começo: a questão...

Eu fiquei muito alegre, no bom sentido: a delegada da Polícia Federal disse que não tem estrutura, não tem recursos. Não é? Nós também não temos, mas eu quero apenas fazer a seguinte ressalva: nós temos, hoje — vou dizer Polícia Civil e também GPCA —, a melhor estrutura do Norte e do Nordeste e uma das melhores do Brasil. A demanda é que é maior do que a nossa estrutura, mas estrutura nós temos.

A Polícia Civil de Pernambuco não tem presos de Justiça, ou seja, aquele preso que está à disposição da Justiça, que foi autuado em flagrante ou que foi preso por mandado de preventiva. Não tem. Todos os Estados do Brasil têm. Quase todos. Não digo com certeza todos, mas perto de 100%. Todos os Estados têm.

Nós tivemos um acréscimo de efetivo da ordem de 45%, de 4 anos para cá. Tivemos excelentes resultados na resolução de crimes de homicídio, que hoje é o principal foco de Pernambuco. Por quê? Porque é o crime mais grave, é o crime que demanda... A maior agressão à sociedade é esse crime. Acho que é o maior; o segundo é o abuso sexual de modo geral.

Então, nós temos uma polícia que teve investimento, mas estamos aquém para a nossa demanda. Nós não temos, por exemplo, hoje, núcleos de inteligência e como fazer uma inteligência de investigação em que infiltremos pessoas — concluo em 30 segundos —, policiais descaracterizados, que eles possam passar 6 meses numa investigação sem ter contato com a polícia. E isso demanda recursos. Além de muitos recursos, muita preparação.

Hoje nós já temos uma inteligência em Pernambuco, um serviço de inteligência na polícia, que funciona muito bem, que é uma referência nacional em termos de Polícia Civil, mas, infelizmente, quanto à GPCA, ainda não temos um núcleo de inteligência, que poderia, evidentemente, fazer investigações com mais eficiência e chegar às redes de exploração sexual no turismo, que são, evidentemente, as que têm mais recursos, as que têm mais condições de se esconderem e o fazem de forma muito mais velada.



Outra coisa: eu queria só fazer a ressalva de que, desde 2005, o tráfico de seres humanos interno é crime. Você trazer pessoas, adultos — normalmente ocorre com adultos —, de outros Estados, para exercerem a prostituição... Isso está cheio, e ninguém cobra que as polícias autuem em flagrante. O GPCA, entre 2001 e 2006 e de 2008 a 2012, foi quem mais fez flagrantes de casas de prostituição, mesmo quando não havia adolescentes naqueles locais. Por quê? Está na lei: é crime. O artigo de 2005, introduzido na lei, no Código Penal, do tráfico interno de pessoas, foi para reforçar que isso é crime, que essa prática é crime. Mas, infelizmente, os prostíbulos estão aí, em todas as grandes cidades. Nem se cobra, nem se faz nada porque acham que não é crime, embora os tribunais tenham entendido que casa de prostituição não é crime. Há um caso típico, de São Paulo, que é a casa ou boate — sei lá — Bahamas. Se não me falha a memória, é esse o nome. O dono foi autuado dez vezes pela Polícia Civil de São Paulo, com um serviço bem feito de inteligência, com escuta telefônica, com gravação. Ele foi absolvido, em todos os processos, por tribunais brasileiros.

Então, a gente sabe que esse é um assunto extremamente complexo, que não é com meia dúzia de sugestões que se resolve, mas a gente tem que lembrar que essa conta... Que essa fatura não pode ser colocada só na conta da polícia. Há muito mais gente a ser cobrada. E todos nós somos corresponsáveis por ela.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dr. Zanelli Gomes Alencar.

Passo a palavra agora à Secretária de Assistência Social do Município de Recife, que aqui também representa o Prefeito João da Costa Bezerra Filho, a Sra. Niédja...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela não está?

Então, vamos passar para a Sra. Maria do Amparo Almeida de Araújo, que é Secretária de Direitos Humanos do Município de Recife.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Boa noite.

Eu cumprimento a plateia; a companheira Eleonora — caminhamos juntas há muitos anos, não é? —; a Deputada Erika Kokay, que eu conheci na Comissão de



Direitos Humanos da Câmara, numa audiência; o companheiro Paulo Rubem — cadê ele —; enfim, eu cumprimento a Mesa.

Eu acredito que tenha havido uma falha de comunicação na Prefeitura do Recife, porque fui informada de que me acompanharia a esta audiência a titular da Pasta da Assistência, que, pelo nosso modelo de gestão, é quem executa as políticas. No modelo de gestão da Prefeitura, as políticas (*falha na gravação*) é executada de forma integrada, por oito Secretarias: de Assistência Social; Assuntos Jurídicos; Finanças; Direitos Humanos; Planejamento; Cultura; Educação e Saúde. Somos todos monitorados pela Secretaria de Planejamento Estratégico, mas a execução é coordenada pela Assistência. Nós, de Direitos Humanos, cuidamos da articulação e da prevenção.

Eu preparei, rapidamente, um levantamento, porque fiquei sabendo ontem desta atividade aqui. Eu inclusive estava em Brasília e voltei à noite, em função deste compromisso.

Nós temos também... O controle social das políticas da criança e do adolescente é feito pelo COMDICA, que faz a interlocução diretamente com o gabinete do Prefeito. E a nossa Guarda Municipal, a exemplo do que a Patrulha Escolar da Polícia Militar faz nas escolas públicas estaduais, faz a ronda escolar.

Então, nós trabalhamos no que diz respeito à área dos direitos humanos. Temos uma Gerência da Criança e do Adolescente e fazemos ações de prevenção contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes juntamente com as demais Secretarias e com base no Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual, especificamente na área da prevenção. E temos bastante articulação com a sociedade civil, na rede de combate e em outras atividades, quando somos demandados.

Então, especificamente, a gente tem uma campanha permanente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Vamos aguardar, não é? Podemos?

Nós participamos, enquanto Secretaria, das campanhas permanentes de prevenção. Nós aderimos sempre às campanhas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nós fazemos esse elo. Elas são permanentes e são



sempre intensificadas quando há os grandes eventos na cidade do Recife, quando a gente sabe que há um grande fluxo de turistas internacionais e nacionais, quando também as pessoas ingerem, normalmente, mais bebida alcoólica — é o nosso carnaval, é o nosso ciclo junino e outras atividades.

Essas campanhas consistem no quê? Geralmente, a gente reproduz o material que é elaborado pela campanha nacional, porque é uma forma de fixar a marca e a mensagem, mas nós acrescentamos algumas coisas: colocamos *outdoor*, aqueles adesivos *outbus*, fazemos sempre adesivos para carros. A gente incrementa um pouco os materiais, a gente reproduz em maior quantidade da que nos é destinada pela Secretaria Nacional. Nós colocamos sempre... Intensificamos a colocação de cartazes em pontos comerciais; colocamos em todos os hotéis da cidade os *banners*; e, sempre nesses grandes eventos, a gente coloca cartazes nos ônibus, em parceria com o Governo do Estado; e, sempre também nos grandes eventos, a gente contrata grupo de arte e educadores para fazerem abordagens, através de teatro, de música, das pessoas que estão participando daquelas festividades. E também nas escolas, nos hospitais de referência, principalmente no âmbito das escolas municipais.

Executamos também o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil — o PAIR, que é uma parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Prefeitura. E fizemos o Diagnóstico Rápido Participativo referente a abuso e exploração sexual de criança e adolescente; seminários de sensibilização dos profissionais que trabalham com a temática; foi elaborado o Plano Operativo Local; as capacitações para profissionais da rede social de apoio da sociedade civil e do Governo — Direitos Humanos, Turismo e Tráfico de Pessoas; Marcos Legais; Exploração Sexual; “Onde está o inimigo?”. Foram oficinas feitas durante o seminário *A Importância da Mídia no Enfrentamento da Exploração Sexual e a Importância da Notificação*.

Foi feita a Comissão do PAIR, com instituições que trabalham diretamente no atendimento à violência sexual, para monitorar as ações de enfrentamento à violência, e carta-compromisso foi assinada pelos gestores municipais para a institucionalização do PAIR.

Há uma publicação, que eu vou passar à mão da Sra. Deputada.



Tivemos outro projeto, que foi um projeto destinado a trabalhar no entorno dos mercados públicos. Foram oficinas com alunos das escolas municipais do entorno dos mercados da Encruzilhada e de Afogados, onde foram trabalhadas com os alunos as formas de violência contra a criança e o adolescente; e também com os permissionários dos mercados, porque eles estão ali e eles sabem o que acontece. E nós fizemos uma abordagem, e houve uma boa troca de experiências e de informações. A Polícia Militar e a Polícia Civil também estavam conosco nesses diálogos.

Há uma atuação da nossa Secretaria junto ao Projeto Bolsa Escola. Para os beneficiados pelo Projeto Bolsa Escola a gente sempre faz palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, tentando sensibilizar as mães e os familiares em relação às formas de violência contra a criança e o adolescente. E também fazemos a orientação para as mães, quando isso é possível e nós somos acionados pela Secretaria da Assistência.

Nós apoiamos o Projeto Escola que Protege, junto com a Secretaria de Educação do Estado... Do Município, aliás, e a Secretaria da Assistência Social. Nós implantamos o projeto, que está dentro do nosso Centro de Referência em Direitos Humanos Margarida Alves.

Fazemos visitas domiciliares; encaminhamento à rede social de apoio e ao Conselho Tutelar; acompanhamento psicológico das crianças, por profissionais da Secretaria de Educação; e palestras, de forma sistemática, nas escolas municipais.

Atualmente, em função do aumento da violência que acontece nas escolas municipais e também da questão do uso do *crack*, nós temos uma parceria com a Secretaria de Educação, de novo, com a Secretaria de Defesa Social, e fazemos reuniões sistemáticas com diretores e professores para a sensibilização sobre a temática da violência, reunião com os pais e responsáveis, palestras com os alunos. Aí nós trabalhamos também com o PROERD, junto com a Polícia Militar; trabalhamos com as assistentes sociais da Secretaria de Educação; e fazemos encaminhamento para a rede social de apoio, que é ligada à Secretaria da Assistência.

E, como a nossa Secretaria é de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, nós temos várias ações na área de prevenção. E, especificamente com recursos do



PRONASCI, que é o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, nós realizamos oficinas diversas, como, por exemplo, de fotografia, jardinagem, grafiteagem, *hip hop*, para os adolescentes que estão no CENIP, da FUNASE — porque as unidades da FUNASE que estão fora do território do Recife a gente não tem como atender.

Nós trabalhamos muito com oficinas de arte para adolescentes no Centro da Juventude e tivemos produção de vídeos feitos pelos meninos. Um deles, um vídeo de animação chamado *Um Tiro no Futuro*, recebeu já um prêmio internacional. Eu especificamente chamo esse filme de “um soco no estômago”. É um vídeo de 3 minutos, em que esses meninos de Santo Amaro contam a sua vida.

Bom, nessa área de prevenção, a gente utiliza muito a questão da fotografia, da informática, para trabalhar com eles essa sensibilização. E temos três equipamentos, que são três ônibus, para a alfabetização em informática. Temos ações nos conjuntos habitacionais, o que a gente faz junto com o Projeto URBAL, que é um projeto da Secretaria de Defesa Social. É uma atividade que a gente chama assim: *Para uma Convivência Segura e Feliz* — nos condomínios, nos conjuntos habitacionais. Nós somos coadjuvantes nessa política, não somos... A responsabilidade pela execução da política é da Secretaria de Assistência.

Eu me comprometo aqui em coletar os dados e encaminhar para os senhores, porque eu tenho certeza de que deve ter acontecido um problema muito sério para a companheira Secretária não estar aqui presente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Maria do Amparo, gostaria de fazer duas perguntas.

A senhora falou muito em projetos de prevenção, que vocês trabalham muito com a prevenção, mas eu gostaria de saber o que a Secretaria está fazendo em relação a essas meninas que são tiradas da prostituição e, às vezes, são levadas para o Conselho Tutelar, vão para abrigos. Como vocês estão trabalhando para ressocializar essas meninas?

E eu gostaria de saber da senhora o que falta para melhorar a rede de proteção e as garantias de direitos humanos de crianças e adolescentes de Pernambuco.



A prevenção é muito importante, mas e aquela que já está na ponta, que já está sofrendo? O Dr. Zanelli relatou para a gente nesta manhã que essas meninas são revitimizadas, quando estão... Vai lá, pega, coloca num lugar; daqui a pouco, ela sai, está lá de novo. Porque não há políticas públicas para tratar desse problema.

Eu gostaria de saber da senhora quais são as ações que a sua Secretaria está providenciando, no caso da exploração sexual infantojuvenil.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Olha, a porta de entrada para esses casos, na nossa Secretaria, é através do Escola que Protege, que a gente apoia. É um programa da Secretaria de Educação. E as crianças que são identificadas nessa situação são encaminhadas para a Secretaria da Assistência. E, a partir daí, passa a ser executada a proteção devida pelo Município.

Eu acredito... O depoimento que o Delegado Zanelli deu aqui eu sei que é verdade, mas está fora da minha competência responder a essa pergunta, assim de imediato. Mas eu também me comprometo a buscar as informações e encaminhar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha só... Então, não existem políticas públicas para tratar desse caso, dessas meninas, se não elas estariam em execução.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Sim, existe essa política, mas fica a cargo da Secretaria da Assistência. Há os CREAS, as casas-abrigos. Mas eu não respondo, eu não tenho competência para responder.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem tem essa competência está aqui?

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - A Secretária da Assistência. Não está aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há alguém aqui para responder?
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há? Para depois responder a essa pergunta para a gente?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bem.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Você é funcionária da Prefeitura...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Pronto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bem. Obrigada.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Pronto. Você me desculpe. Você está representando a Secretária?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Sim, então... Certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Pronto. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ainda há três pessoas que vão fazer uso da palavra. Aliás, quatro pessoas. E depois nós vamos abrir para as pessoas que queiram falar, por um prazo de 3 minutos. Nós vamos limitar o número de inscrições em função do adiantado da hora, mas nós vamos possibilitar que as pessoas que aqui estejam e que não representam necessariamente ninguém, além delas mesmas ou da política, ou da ação que desenvolvem, ou da militância, falem também. Nós vamos abrir para cinco pessoas, no máximo, que estão na plateia, por 3 minutos cada uma.

Quem quiser se inscrever já pode. A nossa companheira Denise vai colher as inscrições.

Então, Secretária, a senhora quer falar alguma coisa?

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Bom, eu peço desculpas por essa falha de comunicação que houve na gestão municipal e pelo não comparecimento da Secretária que executa as políticas. Porque a Secretaria de Direitos Humanos... Nós somos coadjuvantes e fazemos algumas articulações. E só.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Então, a gente agradece à Secretária e solicita que depois possa remeter à CPI as explicações necessárias. Então, muito obrigada, Dra. Maria do Amparo.

E eu vou passar a palavra ao Juiz, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto, que aqui representa o Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

Nós ainda temos a Eleonora Pereira, a Promotora de Justiça e o representante do Governador de Pernambuco para fazerem uso da palavra. Depois,



nós vamos abrir para um número máximo de cinco pessoas, por 3 minutos cada uma, para que a gente possa ir fazendo os encaminhamentos necessários.

Então, com a palavra o Juiz, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto, representante do Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Boa noite a todas e a todos.

Eu peço licença à Presidente da CPI para saudar a todos através do Deputado Paulo Rubem.

Meu nome é Luiz Rocha, de maneira mais simples. Eu sou juiz da 2ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente.

Em Recife, nós temos duas unidades jurisdicionais, Varas Criminais que são dedicadas exclusivamente aos crimes cometidos contra criança e adolescente.

E gostaria de começar a minha fala aqui dizendo o que costumo dizer em alguns eventos a que tenho comparecido. Eu acho que, de todos os que estão aqui, eu sou o mais novo na causa. Há alguns meses atrás, relutei muito em ir para esta Vara. E há 6 meses estou nela — há 6 ou 8 meses eu estou nela. E quero lhe dizer, Dra. Kilma — não é isso? —, que a senhora tem a minha solidariedade. O que a senhora disse ali, a respeito das imagens com que a gente tem contato, jamais, jamais — desculpem-me — vai ser igual a um relato, a um comentário.

Recentemente, eu tive contato com alguns vídeos. Concluí a instrução do processo. Para mim faltavam algumas coisas. Havia alegação de um cúmplice nessa questão, que era falado apenas por uma das vítimas ou testemunha, que era um parente do acusado. E não dava para ver, não se via, não se tinha nada de concreto. E eu tive que examinar quase 2 horas de vídeo. E até que localizei. Num balanço que a máquina deu — a máquina que filmava —, num giro que a máquina deu, pegou ele assim em pezinho, no canto da parede. Agora, os vídeos a que a gente assiste, as imagens com que a gente tem contato são horríveis, machucam qualquer ser humano decente.

Então, doutora, a senhora não está só, não. Eu tenho 18 anos de magistratura, não são 18 dias, e me comove todo dia. Eu faço audiência todos os dias. Cada dia é um caso diferente; cada dia é uma situação diferente. Nós temos casos que vão do abuso à exploração, ao roubo, sempre envolvendo crianças e



adolescentes. Mas essas imagens particulares que eu estou falando aos senhores são fortes. Até as fotografias assustam, imaginem vídeo. Neste caso, o cidadão filmava todas as relações que ele tinha com crianças.

Eu até aproveito a... Fazer um convite. Eu não sei se os senhores e as senhoras já estiveram presentes lá para conhecer o CICA, mas faço o convite para que os senhores deem uma esticada até lá para ouvir os juízes que estão nas varas criminais, para conhecer a estrutura que nós temos lá, totalmente voltada para a criança e o adolescente.

Quero até dizer aos senhores que Pernambuco, em 96, de forma pioneira, instalou a primeira vara de crimes contra criança e adolescente — em 96. Em 2008, nós instalamos o CRIAR, que é um centro de referência com profissionais da área de pedagogia, assistentes sociais e psicólogos voltados também para o atendimento no âmbito dessas duas varas criminais. Mais adiante, em 2008, nós instalamos a segunda vara dos crimes, da qual eu sou juiz titular. E, em 2010, mais recentemente, nós instalamos o depoimento acolhedor, que é uma forma muito especial de colher o depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas. Quer dizer, ela não precisa necessariamente ser vítima. Se ela observa, se ela tem algum envolvimento e precisa ser ouvida, a gente tenta trazê-la para ser ouvida dessa forma. Isso é uma tentativa, é um trabalho voltado exatamente para se evitar o que a gente já conhece aqui, todo mundo, a revitimização.

Mas a experiência que eu estou colhendo — e nós já conversamos sobre isso, não é, Dr. Zanelli? —, a experiência que eu estou colhendo é que o sistema... Ainda está faltando mais energia nele e mais interação com a Polícia Civil para que a gente faça a produção antecipada de prova. Este é o primeiro ponto que eu aceno para a Comissão: é preciso que esses casos sejam montados desde o inquérito de uma maneira integrada entre a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. É preciso que nós consigamos trabalhar juntos e articulados, exatamente para que essa criança não seja ouvida duas, três, quatro, cinco, oito vezes, tratando do mesmo assunto e repisando o mesmo assunto, seja a questão de ela ter sido encontrada se prostituindo, seja a questão de ela ter sido abusada, ou qualquer



outra. É preciso a gente minorar esses efeitos através dessa possibilidade concreta que já existe, que é a produção antecipada de prova.

Então, hoje nós temos aqui em Pernambuco, no Tribunal de Justiça, a Coordenadoria da Infância e da Juventude, sobretudo através do Desembargador Luiz Carlos Figueiredo, que foi um pioneiro, e todo mundo sabe que ele foi um guerreiro nessa área. Nós temos o CICA, que é o Centro Integrado da Criança e do Adolescente, onde a gente tem lá o Judiciário, o Ministério Público, nós temos a Polícia Civil — uma das delegacias da gerência da qual o Dr. Zanelli é gestor —, e nós temos também a Defensoria Pública, trabalhando todos dentro de um mesmo local, que é ali na Rua Fernandes Vieira. Fora disso, nós temos uma infinidade de núcleos e setores com trabalhos direcionados a determinadas formas segmentadas de atendimento. Então, hoje é essa a estrutura que nós temos e com que contamos para desenvolver esse trabalho.

Particularmente na questão da exploração — eu já estive conversando com algumas entidades que formam a rede, como conversei também já com o Dr. Zanelli —, me assusta saber que, no ano passado, por exemplo, nós só recebemos um processo, um inquérito de exploração sexual na 2ª Vara. E a conversa que nós tivemos ele repetiu aqui. E eu sou obrigado, inclusive, a render homenagem ao discurso que ele trouxe. Realmente é um trabalho que não é fácil. Sabe-se que existe ali, mas é preciso levantar com inteligência, porque é preciso, na hora do flagrante, na hora da prisão, nós termos condições de tocar esse inquérito, de ele se transformar num processo e chegar à condenação. Ou seja, o eixo de responsabilização, o eixo de punição que está entre a polícia e o Judiciário deve ser eficiente e trabalhar com eficácia. Deve alcançar o desiderato dele, que é punir esse pessoal, não é?

Outra coisa que alguém... Desculpe, o nome da senhora... Perdoe. *(Pausa.)*
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Maria Luiza. Colega, quando você falou ali: *“Olha, porque as punições são muito simples”*, eu acho que está havendo um engano.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Não é a punição que é simples. É que ela não chega até o responsável.



O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Olha, eu vou lhe dizer, dos processos que eu presido, na exploração, com... É o que eu estou trazendo aqui. Agora, de maneira geral, quando você não consegue chegar lá, porque apanhou na exploração em si, não é, você tem só a exploração em relação à prostituição dos maiores de 14 anos, que foi o público-alvo que você tocou. Quer dizer, a gente tem também o tráfico interno. O pessoal trabalha bem nisso. Nisso aí eu vou dizer que o pessoal da GPCA tem atuado e tem trazido processos interessantes. Agora, é preciso que a gente tenha elementos. Ninguém condena só pela vontade de condenar, até porque a gente tem que ter respeito aos direitos que todo cidadão tem. Os direitos humanos, nesse caso, valem para todos, não é? Então, não adianta a gente ter um inquérito inconsistente para chegar ao Judiciário e ir para arquivamento, e muitas vezes fortalecendo toda aquela estrutura de exploração que já está instalada. As penas são severas, sim, desde o abuso... Desde a reforma de 2009 que a coisa ficou mais consistente, mais firme.

Então, eu gostaria de trazer isso para vocês, inclusive com os dados que a gente falou aqui em nível econômico e em algumas situações de condições. Para mim... Eu vou repetir aqui o que já foi dito várias vezes. Ouvi atentamente todos os programas que foram relatados ali, como outras falas. Eu comungo o entendimento que falta a porta de saída. O sistema é muito bonito, com várias portas de entrada. Nós temos um projeto, nós temos aquilo, nós temos segurança aqui, nós atendemos na rua, atendemos aqui, mas, infelizmente, na porta de saída, eu vou colocar essa menina onde? Qual é a estrutura familiar que eu vou tentar ajudar? Com bolsa? E ela? Qual é a estrutura familiar que eu vou dar para poder tirar essa menina de lá, fazendo um programa para ganhar 2, 3, 10, 15, 20 reais? Muitas vezes ela vai para a delegacia, faz o inquérito, quando termina, mais nunca se vê essa garota. E a gente fica com o processo lá e diz: "*Cadê a vítima?*" Bota o oficial, pede à delegacia para localizar a vítima, não localiza mais. E nem ela tem interesse em ir lá, não, porque ela não quer perder o ganho dela.

Então, é preciso, naturalmente, Deputadas, que a gente tenha essa porta de saída, a gente tenha essa porta de receber essa criança, de capacitar essa adolescente, de dar uma bolsa, de assistir, de capacitar ela e tentar fazer a reinserção dela com dignidade, porque, se a gente não tentar melhorar desde o



trabalho da autoestima até a condição financeira, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Vai falar aqui a noite toda, vai bater muito papo, conversar, e, objetividade, nenhuma.

Então, eu gostaria já de antecipar essa posição minha de também... De não ver que os sistemas não têm porta de saída. E é o que eu estou vendo. Quer dizer, se fala nisso, tal, a Rede trabalha, a Rede vai em cima, tem uma força preventiva, o eixo de punição está funcionando, mas a porta de saída não existe. Ela volta para o mesmo setor e chega novamente. O.k.?

Uma outra coisa: é preciso que a gente tenha uma atuação mais firme em cima do explorador, do abusador. Não adianta vir com esse discurso — eu ainda não entendi esse discurso — de patologias psiquiátricas e tal que... *“Não, o pedófilo é uma coisa, o abusador é outra”*. Para mim, o abusador eventual é aquele que não foi despertado ainda. A química aconteceu, acabou. Dali para frente ele toca. Porque eu tenho reincidência. E na reincidência vem o padrão de atuação se repetindo. Às vezes é a fragilidade da família, às vezes é a fragilidade dos pais que se separaram, quando tem uma condição melhor de vida. Boa percentagem dos exploradores e abusadores e pedófilos que relatam onde eles vão está na fragilidade da família e da relação financeira. Então, dizer que essas meninas são... *“Ah, porque são safadinhas!”* Meu Deus, isso é uma coisa horrível! Porque quando a gente assiste a um vídeo da qualidade de alguns a que eu assisto, a gente percebe que elas têm dor na relação, é desconforto, porque o cara que filma quer exploração, ele quer explorar aquela imagem, aquele foco. É horrível! No final, o sentimento que passa na imagem é até de nojo.

Desculpem-me pelo alongamento. Muito obrigado. Eu acho que eu dei um pouquinho do recado.

Obrigado, gente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto.

O Delegado Zanelli pediu 30 segundos para poder contrapor-se à informação de que havia chegado apenas um inquérito de exploração sexual.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o senhor tem que falar no microfone, senão não podemos gravar. Isso vai ficar nos Anais da CPI, e nós precisamos gravar todas as falas

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - (*Início fora do microfone - inaudível*)... apenas citar como exemplo o caso de uma adolescente em que conseguimos fazer dois inquéritos: ela como vítima de duas pessoas diferentes em exploração sexual. O que o doutor relatou é fato. Para encontrar é extremamente difícil. Essas que eu falei são garotas de rua, e elas não têm interesse em prestar depoimento. Na verdade, elas nem entendem o que é um processo, o que é pena. Elas não entendem isso. Então, eu fui ao juiz, eu procurei na Justiça e tive dificuldade de encontrar, na Justiça, os inquéritos. Já tinham sido denunciados. Ou seja, o juiz, após receber a denúncia... Se tornaria um processo. E eu disse ao juiz: "*Quando for chamar essas garotas, mande um ofício que eu mando uma equipe atrás delas, porque o oficial de justiça não vai encontrá-las*". Fizemos isso, infelizmente não houve antecipação de provas. Eu estou falando isso não é apenas para criticar que houve uma falha aqui ou acolá, porque, em qualquer organização, em qualquer instituição, há certas coisas a serem corrigidas, mas para sugerir — através da legislação, de preferência, que é mais eficaz — que em todos os caso de exploração sexual e abuso sexual haja prova antecipada. Agora, nós não vamos conseguir isso sem uma estrutura que coloque os juízes de plantão. Só a polícia não. Algumas instituições trabalham 24 horas. Ainda, pelo menos em Pernambuco, polícia e Ministério Público não trabalham 24 horas. Eu acho que é uma lacuna para muitas coisas. Por exemplo, o cidadão é preso de madrugada, e ele só vai encontrar um juiz no dia seguinte. E se a prisão for arbitrária, for ilegal, como é que ele vai reparar? Ele poderia muito bem entrar com um HC, um *habeas corpus*, logo em seguida à prisão. O juiz iria verificar, o promotor iria verificar *in loco* se aquela prisão é ilegal, se ele sofreu violência em seus direitos individuais. Mas nós não temos. E como vamos ter antecipação de prova, se não tivermos essa estrutura? E essa estrutura só virá com a lei. Voluntariamente... Se você fosse esperar que, voluntariamente, a polícia trabalhasse 24 horas, ela não iria trabalhar. Ela iria trabalhar até às 18 horas e esperar para a segunda-feira. Mas é imprescindível que a antecipação de provas... Porque as garotas não vão ser encontradas. Vão ser



esses dois inquéritos que eu fiz — aliás, com essas garotas eu iniciei um, e um foi por flagrante —, nesses inquéritos ninguém vai ser responsabilizado, ninguém vai ser punido, porque o processo não vai chegar ao seu fim. Então, a gente está preocupado em encontrar... Se a gente fizer 50 flagrantes por semana, vão ser 50 inquéritos cuja ação penal não vai chegar ao seu fim. Então, não adiantou nada. Tem que a ação penal ir até o seu fim e haver um condenação. E sem essa estrutura não vai dar para alcançar esse público, que é extremamente vulnerável, permanentemente está na rua e é suscetível a qualquer chantagem, a qualquer ameaça, até ser vítima de homicídio.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Zanelli...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes de o senhor descer, eu quero fazer uma pergunta ao senhor, Dr. Zanelli. Desculpe-me, Presidenta.

Olha só, o senhor me entregou esse relatório lá que nós pedimos. Está o índice geral. Mas aqui, na hora em que eu fui explicar até para a mídia ali, a gente não soube direito. Isso aqui é de 2010 a 2011? Esse relatório que o senhor entregou, com nome e profissão?

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Tem 2012 também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E é 2012 e 2011?

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Tem 2011 e 2012.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É 2011 e 2012. Aí o senhor botou aqui que o total de adolescentes foi de 78, que a sua delegacia...

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Setenta e oito entradas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entradas. E 44 foram de exploração sexual.

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - É. O caso é o seguinte: eu expliquei, mas como a gente explica muita coisa, é muita informação ao mesmo tempo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, só para esclarecer.

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Esses casos aí são o seguinte: não são casos flagrantes, não são casos fechados. A garota está no ponto de prostituição de adultos. Quando nós a encontramos, ela presta depoimento dizendo: “*Eu estava esperando cliente*”. É usuária de *crack*. Então, ela estava ali para ser



explorada sexualmente. Não houve o inquérito, porque não há condição, porque não estava sendo praticado um crime naquele momento em que ela foi abordada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está *o.k.*

O SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Esses dois casos que eu citei foram concluídos os procedimentos: um por portaria e outro por flagrante.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Zanelli.

Nós temos inscritos a Inês Dias, do CREAS de Recife, a Adriana (*falha na gravação*).

Eu vou agora passar a palavra para a... São essas quatro as pessoas que estão inscritas após a fala dos membros da Mesa que ainda precisam falar. Nós vamos passar agora a palavra para a Promotora de Justiça, depois para Eleonora Pereira e depois Fernando Silva e passamos para as pessoas.

O senhor quer fazer a réplica, doutor?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não? Então vamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos fazer o seguinte procedimento: as pessoas que estão à mesa e que quiserem falar é melhor fazê-lo de pronto, porque talvez nós não abramos para que as pessoas possam falar após a fala dos que estão aqui. Nós estamos já com o horário bastante avançado.

Vou passar então para o Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto, para que possa também se posicionar acerca do que aqui já foi discutido.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - O Dr. Zanelli não está aqui? Saiu?
(Pausa.)

Bom, eu só gostaria de acrescentar o seguinte: o plantão judiciário existe. Ele funciona em finais de semana, feriados, todos os dias. Existe o horário noturno? Não. Então, é possível, sim, já que temos serviços judiciários todos os dias, inclusive sábado, domingo e feriado — inclusive o Ministério Público também atua no sistema de plantão —, é possível que nós possamos fazer a produção antecipada de provas. Pessoalmente eu pedi ao Dr. Zanelli que estivesse conosco, ele participou de uma reunião comigo, onde eu perguntei a ele o que a gente poderia fazer para



implementar. Espaço nós temos. Nós temos uma sala reservada para a produção antecipada de provas, nós temos já a boa vontade dos dois juízes das varas criminais. Concordo com ele que é preciso fazer um texto legal, e aí eu reitero aqui o apelo à Câmara para que talvez houvesse iniciativa de um projeto de lei para regulamentar, como forma processual, o depoimento antecipado. Aqui faço esse apelo. Mas nós temos uma certa estrutura que daria para a gente iniciar o trabalho. Quero dizer que não há nenhuma diminuição do trabalho da SDS em Pernambuco. Pelo contrário, louvo a competência do Zanelli. Zanelli é uma pessoa que tem vestido a camisa há anos, anos, anos e anos e enfrentado as dificuldades até chegar aqui, como nós também, do Judiciário, enfrentamos. Mas com boa vontade a gente consegue chegar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto.

Por fim, agora passo a palavra para a Promotora de Justiça Dra. Ana Carolina Sá Magalhães, que é Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de Pernambuco.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Muito boa noite.

Eu gostaria de saudar a Mesa, em nome da Deputada Erika Kokay, e gostaria de saudar a plenária através de Maria Luiza Duarte, que tenho sorte de ser uma analista ministerial, pessoa que não tenho o menor pudor de dizer que me ensinou e me ensina muito com relação à temática da exploração e abuso sexual. Eu vivo tirando dúvida e perguntando para ela. Por isso, gostaria de saudá-la em razão disso.

Eu não vou fazer defesa nenhuma do Ministério Público. Eu aprendi que o momento da CPI é o momento da carne viva. E eu me políciei muito hoje de manhã — nós passamos 3 horas... Depois eu vi que nós passamos 3 horas conversando — para não fazer a defesa, para mostrar exatamente onde está a nossa fragilidade. Acho que isso é importante.

Eu vou fazer agora a entrega do projeto de prevenção de violência no presídio, conforme a gente tinha se comprometido de manhã, e me comprometo com os senhores de entregar os dados relativos ao Ministério Público, que eu



também fiquei devendo, que é com relação à quantidade de promotores e de comarcas no Estado. Então, eu vou fazer a entrega agora.

Eu quero só aproveitar que a sociedade civil está presente para falar um pouco de como o Ministério Público tem trabalhado na temática.

Inicialmente, a gente fazia um trabalho... Como as promotorias de infância não trabalham diretamente com o crime, a gente tinha um trabalho muito voltado à prevenção. E com a... Até a vivência, até o trabalho com o próprio Dr. Zanelli... Estou até com pena de ele ter precisado sair. Mas ele foi um dos agentes que fez o Ministério Público modificar o ponto de vista e a atuação da gente. Então, o que a gente tem tentado é trabalhar juntos — promotores de justiça, promotores criminais — para que, além da garantia dos direitos das crianças e adolescentes na situação de exploração e abuso sexual, a gente tenha também a questão da punição.

E eu concordo quando a Maria Luiza fala dessa dificuldade de punição das... E acho que até o Dr. Rocha Neto fala exatamente isso. Quer dizer, na 2ª Vara, no ano passado, teve um caso de exploração em Recife, e a gente sabe que esse número está... Deve ser muito mais do que isso. Então, isso aí pontua exatamente essa dificuldade que a gente tem dessa coleta de prova, dessa garantia de esse adolescente voltar. Então, todas as falas que a gente escuta aqui são exatamente nesse sentido, dessa dificuldade. Acho que tudo só pontua essa dificuldade. Então, o que eu queria dizer para a sociedade civil é, de fato, que a gente tem essa tentativa da proteção, agora focando também na questão da punição.

Vou fazer uma pontuação muito pessoal para explicar por que eu acredito muito na CPI. Eu tentei uma vez... Tem um cartão de crédito... Vocês que não são do Estado não vão saber disso, mas tem um cartão de crédito que é muito popular aqui, no Recife, aqui, em Pernambuco, chamado Hipercard. E eu pleiteei o Hipercard. Botei minha documentação lá e recebi uma carta de que estava sendo negado, eu não ia poder ter o Hipercard. E, na cartinha em que eles me negavam o cartão, eles diziam que eu tinha que juntar um contracheque novo — eu tinha mandado um de 2 meses antes — e um extrato da minha conta corrente. Eu fiquei indignada com aquele pedido. Eu disse: *“Eu não vou expor, abrir a minha intimidade financeira para o Hipercard”*. E não fui atrás do Hipercard. Depois de um tempo ligaram para mim... Anos depois ligaram. Eu acho que mudou a gestão do



Hipercard, e eles ligaram me oferecendo o cartão. Eu disse: *“Agora que eu vou ter o Hipercard”*. E é a maior brincadeira com os meus amigos, porque eu sou a única pessoa do grupo que não tem o danado do Hipercard. E aí a moça fazia: *“Como é o nome da sua mãe?”* Aí eu disse o nome da minha mãe. Ela fazia: *“Qual o seu CPF?”* Eu disse: *“A senhora deve saber. Se a senhora está ligando para mim...”*. Aí, ela fazia: *“Não, mas a senhora tem que dizer o seu CPF”*. Eu disse: *“É porque não gosto de dizer isso por telefone”*. Bom, saiu o CPF. Ela disse: *“Sua renda”*. Eu disse: *“Não. Renda eu não vou dizer por telefone, de jeito nenhum”*. E fui negada, obviamente, de novo. Não ganhei o cartão de novo. E um amigo meu começou a dizer que eu não ganhei o cartão porque eu sou muito chata. Ele disse: *“Você é muito chata. Você não vai ter esse cartão nunca. Uma pessoa que fica questionando tudo não pode ter um cartão Hipercard”*. E eu continuo sem o Hipercard. Eu brinco que quando eu preciso fazer uma compra no Hiper eu peço à Nalva, que é minha funcionária e que tem o Hipercard. Ela parcela em 10 vezes para mim, que é a parte boa do Hipercard.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É. *(Riso.)* Então, tem essa questão. Começou a sair... Para confirmar que eu sou chata mesmo, começou a sair nas redes sociais que ninguém deveria tomar Coca Zero, porque tem muito sódio. Eu fui pesquisar e vi que um iogurte integral, desses *lights*, tem mais sódio do que a Coca-Cola Zero. E eu coloquei isso como resposta uma vez. Eu disse: *“Pão integral tem mais, queijo tem mais, iogurte tem mais...”*. Tudo tinha mais sódio. Eu disse: *“Me convença a não tomar um refrigerante porque é um veneno, mas não por conta do alto teor de sódio, que nem é tão alto assim, se compararmos com outros alimentos”*. Isso é para pontuar, de fato, que eu sou chata e que eu tenho uma tendência de ser o advogada do diabo. E sempre que alguém me diz uma coisa, eu vou questionar essa verdade absoluta. E foi uma das falas que a gente ouviu aqui, de que a CPI termina em nada... Inclusive, o Deputado Luiz Couto falou isso no começo da fala dele, de que dá em *pizza*. A CPI todo mundo acha que dá em *pizza*. E essa não é a experiência que eu tenho enquanto Ministério Público. E eu gostaria de dizer da importância e até da felicidade que eu tive de ser chamada para esta reunião... Tive uma reunião hoje de manhã e tentei, de fato, mostrar as dificuldades



do Ministério Público — e vou justificar por quê — e a felicidade de estar aqui nesta reunião hoje.

A última CPI de que recebi um relatório foi a CPI da Pedofilia. Ela repercutiu muito dentro do Ministério Público. E ela repercutiu no Conselho Nacional do Ministério Público. As recomendações foram encaminhadas pelo Estado. E, atualmente, eu trabalho num documento em resposta à CPI da Pedofilia.

Então, eu estou acreditando que esta CPI da Exploração pode ter exatamente esse mesmo movimento. E, assim, às vezes, quando a gente está de fora escuta na televisão os Deputados falando e tal, e fica a mídia sempre instigando a gente a achar que a CPI vai dar em *pizza*, vai dar em nada. E essa não é a experiência que eu, enquanto promotora de justiça, tenho. Muito pelo contrário: eu estou fazendo documentos para responder a um resultado em uma CPI.

E espero, honestamente, que esta CPI também se sirva a isso, a chamar... E eu vi que no mesmo documento tem recomendações para o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal; tem para os tribunais de justiça. Então, é bom que todo mundo saiba que existe, sim, repercussão. Às vezes não está... Não é nem de interesse que seja notificado. A mídia já não vai atrás, não é uma notícia que seja interessante de veicular, mas é uma realidade que a gente vive no trabalho da gente.

Então, eu gostaria, de fato, de agradecer esta presença, de louvar esta iniciativa e agradecer ao Deputado Paulo Rubem, que quis chamar esta reunião para cá. É importante que a gente tenha esta oportunidade de fala, de colocar os nossos pontos fracos, porque, quando chega um relatório dizendo que a gente precisa de mais promotores de infância, que a gente precisa de equipe técnica da infância, isso é um discurso que fortalece a gente, para que ao Procurador-Geral, ao Conselho Superior do Ministério Público a gente possa pleitear esse pessoal, comprovadamente, através de um relatório de CPI, por exemplo. Então, é um documento que é importante para a gente, é forte e, de fato, repercute no trabalho da gente. E a gente espera que essa repercussão no trabalho tenha um resultado social, que obviamente é o objetivo maior do poder público: uma resposta positiva no âmbito social.



Então, gostaria de agradecer mais uma vez, dando boa noite para vocês e encerrando a minha fala, porque a gente já conversou muito hoje de manhã. Então, não vou cansar mais ninguém, não.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada à Promotora de Justiça Dra. Ana Carolina Sá Magalhães. Nós aprendemos muito com ela hoje pela manhã.

Eu vou passar para a representante do Movimento Nacional Mães pela Igualdade, a Sra. Eleonora Pereira.

A SRA. ELEONORA PEREIRA - Boa noite a todas e a todos.

Parabenizo a Mesa, na companheira Erika Kokay, como mulher, como partido.

Gostaria de dizer assim: eu já ouvi vários relatos e eu não sou de ficar quieta, eu sou de ficar inquieta. Eu estava ali muito inquieta. Quando fizeram algumas perguntas, que eu vi... *“Não, isso não acontece”*. Eu dou nomes e dou lugar.

Infelizmente nem todos estão aqui. Vi quando o juiz falou que machuca qualquer ser humano a violência sexual, ou a imagem de violência sexual. E a minha primeira imagem foi aos 16 anos de idade, dentro de uma sala cirúrgica, com uma criança com o ânus e a vagina toda lacerada, aberta de uma ponta a outra, com várias folhas de mato dentro da vagina, uma criança de 10 anos de idade. Foi a primeira vez que eu tive contato com o estupro, aos 16 anos de idade, dentro de um hospital, de uma sala cirúrgica. De lá para cá, a minha luta... Felizmente, o meu companheiro, também de partido, meu companheiro de terra, da Paraíba, amigo da minha mãe, amigo da família, já se foi, mas ele sabe dessa história: Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não se foi, não. Ele foi para João Pessoa. *(Risos.)*

A SRA. ELEONORA PEREIRA - Ele foi para João Pessoa, não sei foi. E ele nem vai, até porque nós dois vivemos a mesma dificuldade de ser defensores de direitos humanos ameaçados.

Mas aí o que quero dizer? O que eu quero colocar é que hoje eu tenho o mapa — e continuo alimentando esse mapa — de uma rota de exploração sexual e tráfico aqui no Estado, desde o Sertão do Araripe à região metropolitana, que liga ao



Ceará, que liga à Paraíba, que liga à Bahia, que liga ao Piauí. Uma preocupação é que a gente fala muito de meninos e meninas. E hoje a gente tem que dar um corte muito grande aí e a gente falar de gênero. A gente tem que falar de LGBT. A gente tem que falar de lésbicas, a gente tem de falar dos gays, dos transexuais, dos transgêneros e dos bissexuais, porque esses, sim, são visíveis, e a sociedade os torna invisíveis. Quero deixar isso bem claro à CPI: que coloque a comunidade, a população LGBT nas investigações.

Hoje, no Estado de Pernambuco, mata-se muito gay, matam-se muitos travestis, transexuais. Há uma semana, mais ou menos, mataram Lorena, uma travesti. Foi assassinada.

(Não identificado) - E a Dora.

A SRA. ELEONORA PEREIRA - Foi assassinada. O meu filho foi assassinado. E quem me ensinou, quem me mostrou que gays, lésbicas, transexuais, transgêneros sofrem exploração foi o meu filho, que me mostrou que sofria. E trazia os depoimentos dos próprios colegas.

Por isso que hoje as Mães pela Igualdade estão em todos os Estados do Brasil e estão levando... São mães de gays, mães de lésbicas, de trans, transexuais, e que estão levando essa temática para discussão, que estão mostrando... Uma vez... Eu lembro que, quando eu pautei uma reunião, não se falava muito, mas eu pautei só para provocar. As pessoas olharam umas para as outras e calaram-se. Falou de gay, falou de sexualidade, todo mundo fica ali com medo, todo mundo fica com uma delicadeza: *"Será que eu vou falar? Eu vou falar da minha sexualidade? Será que eu vou lembrar isso? Não."* Então, a gente precisa falar. No Estado de Pernambuco se mata. No Estado de Pernambuco se mata muito gay, muita lésbica.

E tem o estupro corretivo das meninas lésbicas. Ninguém fala desse estupro corretivo. Porque a menina é lésbica, a menina tem que provar que ela é mulher, que ela gosta de homem, elas são estupradas. Quando chegam à delegacia, não é estupro corretivo de uma menina lésbica, é considerado estupro. E isso a gente tem que começar a tipificar como estupro corretivo de uma menina lésbica, tem que começar a dizer que gay foi estupro, sim; que gay está na estrada, que gay está nas beiras das estradas; que gay está na Conselheiro Aguiar, está na Bernardo



Vieira de Melo; que gay está aqui na Mário Melo; que em tudo isso eles estão; que as meninas também estão.

Foi quando? (*Pausa.*) Deixe-me só lembrar. Foi quinta-feira. Quinta-feira eu estava com um grupo de jovens, à noite, meninas em situação de exploração sexual. Fui abordada pela polícia. E com certeza... Com certeza, não, as meninas me disseram, me relataram que aquela mesma viatura — aquela mesma viatura — passa para pegar dinheiro das meninas, para as meninas ficarem naquele ponto. E eu fui considerada como formadora de quadrilha. Eu ia sendo levada para a delegacia, eu ia sendo presa às 11 horas da noite. A sorte é que, quando eu vou fazer as minhas atuações, eu ligo para alguns amigos meus que são delegados, em quem eu confio e que sabem do meu trabalho. Eu ligo e aviso que eu estou indo naquele dia. Naquela hora eu liguei para uma amiga minha delegada, e ela falou com o comando. Mas eu levei grito, eu fui humilhada por policiais.

E uma das meninas disse: *“Esse policial é o policial que toda noite vem pegar o dinheiro”*. Tem policiais, sim, envolvidos, e muitos policiais envolvidos. Em Boa Viagem, muitos. Se ficar de 11 horas, meia-noite, você vê as meninas pagando, dando dinheiro, e as viaturas parando. Eles não têm nem vergonha de dizer que as viaturas... Param as viaturas, recebem o dinheiro das meninas e vão embora.

Na questão do presídio, venho avisando há muito tempo, desde a época em que eu fui Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ninguém ouvia. Era só a mera voz de Eleonora, uma ativista, uma militante de direitos humanos. *“Isso não acontece!”* Ninguém acreditava. E eu fiquei calada.

Muitas vezes, nos domingos, eu ficava sentada numa barraca de caldo de cana. Eu ia só, sentava numa barraca de caldo de cana e via as meninas entrando muito bem maquiadas. Botavam maquiagem pesada para se tornarem mais velhas. E entravam.

Eu comecei a investigar, comecei a entrar no presídio, comecei a observar e comecei a perceber. Foi quando assassinaram meu filho. Houve uma investigação e, nessa investigação, surgiram algumas falas. E aí surgiu a questão da exploração sexual dentro do sistema penitenciário, coisa que ninguém sabia, ninguém falava.



Eu fui ouvir essas meninas. A primeira pessoa que acionou o Conselho Tutelar fui eu. Acionei o Conselho Tutelar da RPA-5, o Geraldo, que entrou com a medida cautelar na OEA. Hoje, existe uma medida cautelar, e vai chegar uma resposta; agora em setembro ou outubro, deve chegar a resposta da OEA sobre a situação penitenciária.

Quando começamos a falar, começam a surgir audiências públicas e participo de todas, inclusive da elaboração do projeto, preocupada com as meninas. Eu não estava preocupada com a política não, eu estava preocupada com as meninas. Por quê? Porque os agentes penitenciários têm convivência.

Sabem quanto custa uma carteira de identidade dentro da comunidade onde as meninas moram, uma carteira de identidade roubada? Quando as bolsas dos senhores são roubadas com os documentos, suas identidades vão para outros locais. (Vou ser bem rápida, porque só tenho mais 1 minuto.) A foto é retirada e é mudada — eu aprendi, a menina me ensinou como faz. Custa 400 reais a carteira de identidade, em que botam a foto da menina para ela poder entrar no sistema, para um agente penitenciário, junto com o preso, que não é o preso que namora com a menina, é outro preso que vai dar o nome... O preso paga 800 reais aos agentes penitenciários. Esse é o valor. Isso é o que rola dentro do sistema.

Se aquele preso infligir as regras dos agentes, a menina é presa; e se a menina não entregar, vai para a GPCA. Os casos que chegam na GPCA é porque a menina não entregou o preso. Quando a menina entrega o preso, o preso apanha, a menina é liberada e esse caso não aparece. Há vários casos como esse, e tenho como provar tudo isso.

Então, é isto: Pernambuco ainda não se livrou. Pernambuco ainda torna as meninas invisíveis, sim. São invisíveis na política, não existe uma política afirmativa. Hoje, temos o PPCAAN, onde está uma dessas meninas do sistema penitenciário, uma que está ameaçada de morte e que já está para sair. Das outras, nenhuma está. Não há atendimento psicológico nem social; nenhuma foi ouvida. Nada! As meninas estão, dentro da comunidade, caladas; se falarem, vão morrer.

Uma mãe teve um enfarte por ir buscar a filha na frente do presídio e ser agredida por um agente penitenciário quando ela disse: *“Minha filha está aí dentro”*. E o agente penitenciário disse que não. Mas ela viu a sua filha saindo de dentro do



presídio, no dia de domingo, na hora de visita. A mãe teve um ataque, desmaiou e foi para o Agamenon com um infarto. E até hoje eu ainda acompanho essa mãe e essa menina.

Então, é isso o que eu digo. Não admito as pessoas falarem, darem depoimentos bonitos, lindos, quando sei que não está nada bonito, que não está nada feio, e que debaixo do tapete tem muita poeira, tem muita sujeira, e precisamos tirar essa poeira. Exploração sexual aqui neste Estado existe.

E principalmente eu peço à CPI que dê um corte na questão LGBT, que é muito mais séria. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Eleonora Pereira.

Nós realmente temos a preocupação do recorte LGBT. Temos a clareza de que a exploração sexual reúne muita desigualdade social e também de gênero, que envolve não apenas pessoas de sexos opostos, mas gênero. O gênero é para além do próprio sexo biológico.

Vou passar a palavra para o Sr. Fernando Silva, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aqui representa o Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos.

Apenas quero informar aos membros da CPI que nós vamos ter uma reunião com o Vice-Governador amanhã, às 9 horas.

Com a palavra o Sr. Fernando Silva.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Boa noite a todos e a todas.

Queria dizer que, já que eu estou representando o Conselho e o Governador, devo ter 10 minutos para cada um desses pontos. Então, minha fala, Deputada, deve ser de 20 minutos. Evidentemente, estou brincando.

Queria saudar a Presidente desta CPI, Deputada Erika Kokay, e dizer da minha felicidade de reencontrar V.Exa., que, na época em que eu estava no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi uma parceira importante não só do Conselho como do Fórum Nacional DCA.

Queria saudar a Deputada Liliam Sá, Relatora, e o Deputado Paulo Rubem Santiago e parabenizar todos os senhores pela iniciativa da CPI e pela oportunidade de podermos conversar nesta audiência, no dia de hoje.



Queria cumprimentar a Secretária Amparo Araújo, a Dra. Ana Carolina, o Dr. Luiz Gomes e todos os representantes da sociedade civil, em nome de Eleonora, da Casa de Passagem e conselheira do CEDCA.

Como temos um tempo curto, eu dividi minha fala em três aspectos. Num primeiro aspecto, eu queria falar de algumas perspectivas que eu acho que nós não podemos perder de vista ao debater este tema ou qualquer outro tema relacionado à infância e à adolescência.

Queria falar um pouco sobre o Plano Decenal, a sua importância e o seu limite. Ao falar do seu limite, temos que falar do orçamento. E vou destacar algumas ações. Não vai dar para fazermos uma exposição detalhada.

Queria, inclusive, informar que a Deputada encaminhou para o Governador um ofício solicitando informações. Nós, da Secretaria da Criança e da Juventude, ficamos com a responsabilidade de coletar as informações que subsidiassem a resposta do Governador. E fui informado pelo Chefe de Gabinete do Governador Eduardo Campos que esse documento já foi encaminhado à Deputada. É uma nota técnica informando as ações que estão sendo desenvolvidas aqui no Estado de Pernambuco. E ficamos à disposição para esclarecimentos.

O primeiro aspecto são três perspectivas. Nós não podemos discutir este assunto sem pensar o art. 86 do Estatuto, que é muito claro ao dizer que a responsabilidade é da União, dos Estados e dos Municípios, numa ação articulada do Governo e da sociedade civil.

Se nós conseguimos avançar em alguns aspectos na promoção de direitos humanos no Brasil nos últimos 22 anos — para pegar a data do Estatuto —, tem a ver com esse artigo. E me parece que os dados da PNAD, lançados recentemente, mostram que nós avançamos, mas mostram ainda que nós precisamos avançar bastante para a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Então, esse é um primeiro lembrete da responsabilidade que têm União, Estados e Municípios, Governo e sociedade civil na promoção e na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. E o exemplo disso é esta CPI que está sendo realizada.



O outro dispositivo em relação a este tema é o art. 228 da Constituição Federal, que estabelece como responsabilidade da família, da sociedade e do Estado a proteção integral de crianças e adolescentes.

Uma terceira perspectiva importante é o controle social, que também está garantido pela Constituição Federal. Esse controle social é importante. Ele tem que ser feito dentro dos conselhos, tem que ser feito cobrando do Governo — no caso aqui, do Governo Estadual — para que cada vez mais nós possamos avançar no que se refere à garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Outro ponto é em relação ao Plano Decenal — alguns estão com esse plano aqui. Esse plano foi elaborado a partir de uma coordenação compartilhada do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente com o Conselho Estadual de Assistência e a Rede de Combate aqui do Estado. Foram realizados dois encontros estaduais, seis oficinas regionais e um debate em Fernando de Noronha, para que nós pudéssemos formatar o documento para os próximos 10 anos, no sentido de articular ações de prevenção, de repressão qualificada, de mobilização, de formação de uma opinião pública favorável à garantia de direitos e ao enfrentamento de violência sexual.

Mas acho que esse plano — e essa é uma discussão que temos no Conselho Estadual, que temos na Secretaria da Criança e do Adolescente — e outros planos serem elaborados sem um orçamento representa o primeiro passo para a não implementação das ações que neles estão definidas.

Não é à toa que do primeiro plano — o Deputado Paulo Rubem já lembrou — mais de 90% das ações não foram realizadas. Elas não foram realizadas porque elas não foram colocadas num orçamento.

Nesse plano também nós cometemos esse erro. Estou falando na condição de representante de Governo e na época da sua elaboração eu era Diretor do Conselho Estadual. Temos a programação para este ano — inclusive, a Jaciara coordena um grupo do Conselho Estadual — de fazer uma revisão desse plano, uma atualização, na perspectiva de ver o que avançou, no que foi possível avançar, aquelas ações que precisam ser redimensionadas ou as ações que nós precisamos agregar.



Porém, mais do que isso: se não fizermos a vinculação disso com o ciclo orçamentário, não vai adiantar. Então, o ciclo orçamentário, que é o PPA, a LDO e a Lei Orçamentária Anual, é a possibilidade que nós temos de avançar com políticas públicas de enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes aqui no nosso Estado.

Não basta existir o plano. Para além do plano, é preciso que esse documento esteja vinculado diretamente ao orçamento. E ele não foi vinculado ao orçamento. Ele não tem, inclusive, uma previsão orçamentária de quanto custaria, nestes 10 anos, implementar aquelas ações.

Vou dar um exemplo concreto, que eu comentava aqui com o Deputado Paulo Rubem. No plano há uma defesa de que nós tenhamos GPCA em cada uma das RDs do Estado de Pernambuco, que são 12. E nós temos três GPCAs. Só que as três estão concentradas aqui na Região Metropolitana, e queremos que elas permaneçam na Região Metropolitana — Recife, Paulista e Jaboatão dos Guararapes. Mas nós precisamos ir para o interior.

Então, o nosso desafio, como Conselho e como Governo, é, no processo orçamentário, colocar os recursos necessários para que possamos ter essa polícia especializada para a apuração dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, como também para a apuração de atos infracionais praticados por adolescentes.

Então, é uma luta conjunta, e este processo de revisão que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente vai coordenar, no diálogo com a sociedade civil organizada de Pernambuco, é para que possamos inclusive fazer este esforço de indicar o orçamento necessário para a ampliação da GPCA de forma qualificada, para que possamos consolidar uma rede de proteção.

Então, em relação ao plano, eu acho que é importante, é um plano que foi construído de forma democrática, participativa, mas precisamos dar esse salto. E esse salto, evidentemente, é no sentido de fazer um esforço de orçar esse documento. Quanto custa implantar esse plano até 2017? O plano vai até 2017. Ou seja, ainda existe um PPA que está em curso e que vai até 2015, no Governo do Estado, e um outro PPA que será elaborado. Então, o que nós vamos fazer para garantir os recursos?



A GPCA é um exemplo. Outras ações também precisam ganhar corpo no orçamento do Governo do Estado de Pernambuco naquilo que for responsabilidade do Governo Estadual.

Para destacar algumas ações, o Zanelli já falou em nome da GPCA e a própria CPI teve a oportunidade de escutar Zanelli, mas queria destacar algumas ações no sentido de qual rede de proteção estamos construindo em Pernambuco. Às vezes eu fico meio preocupado com algumas falas em que parece que nós não fizemos nada — quando estou falando “nós” não estou falando do Governo do Estado, estou falando nós sociedade pernambucana. Nós não podemos desconsiderar que temos 13 equipamentos da assistência social no Estado de Pernambuco. Esses equipamentos são regionalizados. Se eles ainda não atendem na proporção da necessidade, cabe a nós fazermos toda a discussão para que esse equipamento possa ter uma equipe técnica e espaço físico adequado. Mas não podemos desconsiderar a existência de 13 equipamentos regionalizados da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco, além das três GPCAs que mencionei.

No Conselho Estadual, desde 2007 até julho deste ano, nós apoiamos 45 projetos que foram enviados ou por organizações da sociedade civil, ou por Prefeituras, investindo 1,5 milhão. Essas informações, inclusive, foram enviadas no relatório para a CPI. Podemos também detalhar mais.

Estou prestando essas informações para dizermos do esforço que existe não só do Governo, mas também do Estado, porque muitas organizações da sociedade civil desenvolvem projetos importantes que merecem o apoio financeiro, o apoio técnico.

A realização de campanhas de enfrentamento da violência sexual, em geral, temos feito sempre em torno do 18 de maio. Mas o Conselho Estadual tem uma campanha permanentemente publicada pelo *Jornal do Commercio* chamando atenção para a situação de violência sexual. São ações importantes que merecem esse destaque.

Uma outra ação importante, tanto da Secretaria quanto do Conselho Estadual, é o fortalecimento da rede de conselhos. Existe aqui em Pernambuco uma escola de formação que foi criada com recursos do Governo Federal. Há uma emenda do



Deputado Paulo Rubem, recursos aqui do Conselho Estadual. Essa escola vem formando, através de cursos presenciais...

Eu ainda tenho 19 minutos da segunda parte, Deputado?

(Não identificado) - Vai ganhar um crédito orçamentário de 15%.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Quinze por cento. *(Riso.)*

Conselhos tutelares e conselhos de direitos em Pernambuco. Inclusive, formando a primeira turma de especialização em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, onde esse é um tema presente.

É importante o fortalecimento dos conselhos tutelares a partir da doação de um *kit* de informática — computadores e impressoras —, para que os conselhos tutelares alimentem o SIPIA. O SIPIA também seria uma maneira efetiva de haver no Município a possibilidade da denúncia.

Como falou a Malu, temos carência de informações. Existe GPCA que consegue cobrir mais ou menos a Região Metropolitana. Mas se os conselhos tutelares alimentassem o SIPIA seria importante, para termos essas denúncias e esse mapeamento por Municípios. Inclusive, estamos numa parceria com o Ministério Público, porque cerca de 70 Municípios pernambucanos ou não têm Internet ou a Internet é insuficiente para que o sistema seja acessado, o que mostra o nosso esforço de trabalhar em rede.

Uma atenção específica vem sendo desenvolvida e articulada para o polo de Suape, envolvendo Governo do Estado, através de algumas secretarias, e Prefeituras Municipais. O mesmo movimento nós já iniciamos para a área norte, em torno do Polo de Desenvolvimento da FIAT.

Para finalizar, já que eu tenho dois últimos aspectos a apresentar, destaco a importância que já começamos a dar aqui em Pernambuco — não só o Governo, mas o Governo e a sociedade — tanto para a Copa das Confederações quanto para a Copa do Mundo.

Realizamos recentemente, no dia 8 de agosto, um encontro que envolveu secretarias estaduais, a Rede de Combate, o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente e o Poder Judiciário em que preparamos um protocolo de intenções. Depois de assinado, esse protocolo de intenções vai levar à elaboração de um plano de ação para que possamos desenvolver, na Copa das Confederações, um conjunto



de ações de prevenção, de mobilização e de atendimento no que se refere a minimizar as possibilidades de violência sexual, de venda de bebida alcoólica e do trabalho infantil. Essas ações estão sendo desenhadas de forma articulada, para que possamos ter êxito.

Também em relação a essa temática, estamos no esforço e no diálogo com o Governo Federal para a elaboração do PAIR, que vai envolver também algumas cidades da Região Metropolitana. Esses recursos devem chegar neste ano. Vai envolver algumas Prefeituras municipais. É importante destacarmos isso.

Por fim e não menos importante, queria dizer que o Conselho Estadual está atento, sim, ao problema do Presídio Aníbal Bruno. Inclusive, as denúncias que saíram nos jornais resultaram numa audiência extraordinária só para discutir as questões relativas ao abuso sexual no complexo penitenciário.

A Secretaria de Ressocialização apresentou um plano de ação. Esse plano de ação foi criticado, e nós já passamos para o Secretário a necessidade de ele reformatar esse projeto por não atender ao que nós, do Conselho Estadual, defendemos como ação estratégica, porque é preciso olhar para a rede socioassistencial do Município para atender à família dessas crianças, sobretudo dessas adolescentes, à família dos presos, e haver um processo de formação dos profissionais que estão dentro dessas unidades.

Desculpem-me por ter falado tão rápido, ter passado do meu tempo em 1 minuto e 49 segundos e não ter terminado a minha pauta.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dr. Fernando, quero fazer algumas perguntas. O senhor estava até explicando, no finalzinho da sua fala, o que eu iria perguntar. É sobre a ressocialização dessas meninas que são vítimas de exploração sexual. O que os senhores têm feito? Porque não tem aqui esse projeto de ressocialização, pelo menos foi o que nós detectamos, hoje pela manhã, no Ministério Público e na Delegacia da Infância e no que nós ouvimos à tarde.

Nós estamos muito preocupados com esses grandes eventos, com as grandes obras. Os senhores têm trabalhado com a prevenção, isso é muito importante, mas não adianta só trabalharmos com a prevenção se não tivermos uma política pública voltada para ressocializar esses meninos e essas meninas e colocar novamente no convívio da sociedade; e combater esses exploradores, combater



esses abusadores eventuais e ter a garantia de que essas meninas vão sair, vão ter um futuro. Vão sair da prostituição, vão voltar para a escola, vão ter um curso profissionalizante. Nós queremos isso.

Queremos saber o que o Governo está fazendo, o que o Conselho tem acompanhado, o que ele pode fazer em relação a isso, diante das prerrogativas desse plano de enfrentamento que os senhores estão falando, do Plano Decenal. Eu gostaria de saber quais são as medidas efetivas que estão fazendo em termos de combate, de ressocialização, de inclusão dessas meninas.

Não adianta colocá-las lá, ficar um dia, como falou a mãe da... Como é o seu nome? *(Pausa.)* Eleonora. E depois ela volta para a rua. O delegado está acompanhando a menina Bruna, que está lá, na fazenda, e o dinheiro não vem.

Nós queremos uma política efetiva no caso da ressocialização dessas meninas. Está mais do que comprovado que não existe... Não é só aqui não. Em todos os Estados por onde temos passado não existe, e nós queremos o compromisso do Governo nessa situação.

Outra questão que foi levantada — o major não está mais aqui... A Eleonora falou aqui... Eu perguntei a ele se existiam policiais envolvidos com rede de prostituição. Ela fez um relato, mas ele não estava aqui nem para justificar ou fazer a réplica da fala dela. Ele falou que não existe, que ele não sabe na polícia dele e tudo.

Nós sabemos que o Ministério Público tem orçamento. O orçamento é cortado no que se refere à aplicação da verba na questão da criança e do adolescente, e também faltam recursos orçamentários para a polícia investigativa. Foi feito um decreto para ter agentes investigativos, mas não existe estrutura para isso. Os laudos são demorados e há uma série de problemas que poderiam ser combatidos se houvesse, realmente, uma política efetiva, uma política de ressocialização, uma política de amparo a essas meninas e meninos.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Em primeiro lugar, em relação à questão específica dessas meninas, em que há a denúncia, em que há caso de abuso e de exploração sexual na penitenciária. Então, o que eu afirmei e reafirmo é que o Conselho Estadual fez o debate. Foram duas assembleias, uma extraordinária, e na primeira quinta-feira deste mês de setembro nós voltamos ao



debate, porque nós entendemos que o que foi apresentado era insuficiente como proposta articulada que envolva as ações do Governo Estadual e os Municípios de origem dessas meninas. Porque essas meninas não são só de Recife, elas são de Recife e outras cidades.

Então, há uma necessidade de a Secretaria de Ressocialização fazer esse debate articulado, para que possamos envolver os equipamentos que existem nos Municípios, os equipamentos da Assistência Social, os programas específicos da Prefeitura.

Então, esse é um processo que o Conselho ainda não deu por encerrado, por entendermos que esse programa não conseguiu, o programa da Secretaria de Ressocialização, colocar essa perspectiva de atenção integral para essas meninas, que não é nem tanto de ressocialização. É de inserção dessas meninas em programas sociais ou em garantia de direitos de educação, de cultura, que são necessários. Porém, mais do que as meninas, nós precisamos também envolver a família dessas meninas — a sua mãe, se tiver, porque em geral o pai está preso; ou a pessoa que é responsável. Então, esse é um aspecto importante.

Segundo, do ponto de vista dos recursos do Conselho, nós temos recursos para essas ações. E para a nossa surpresa, do orçamento que nós tínhamos, corremos o risco de não executar porque não tem projeto apresentado. Nós temos 280 mil sobrando, e não há projeto no Conselho Estadual. Isso é de conhecimento, porque mandamos para os Conselhos Municipais, está na página do Conselho. E o prazo para entrega é amanhã, o último prazo, até porque temos uma assembleia na próxima quinta-feira e nós precisamos colocar em deliberação. E se esses projetos forem aprovados, há todo um procedimento da administração pública que temos que correr atrás para poder fazer empenho, conveniamento e pagamento. Então, essa é uma questão importante.

Os recursos são suficientes para resolver todos os problemas? Eu não estou dizendo isso. Eu estou dizendo que estão sobrando 280 mil no Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, e fizemos um esforço, estamos fazendo um esforço para que as organizações apresentem o projeto.

E esse projeto é importante. Por que ele é importante? Porque ele é uma parte da rede de proteção, que são justamente as Casas de Acolhida para crianças



vítimas de violência, que pode ser violência sexual, ou crianças abandonadas ou crianças de rua. Então, fizemos alguns convênios, mas ainda há recursos. Lamentavelmente, se não utilizarmos esses recursos, eles não voltam no próximo ano, porque são recursos da fonte do Tesouro.

Então, esse é um outro ponto importante em relação à questão que a senhora coloca.

Da mesma forma como, em relação às estruturas, que foram destacadas aqui, a estrutura da polícia, da polícia investigativa, nós temos que dimensionar isso para colocar no orçamento. Se não dimensionarmos isso, não basta dizer que precisamos disso. Essa é minha crítica aos planos. Eu já disse: não me chame para discutir plano que não for para colocar no orçamento. Não tem o menor sentido.

Eu participei da elaboração do Plano de Convivência Nacional, do SINASE, do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil, dos dois, do Plano Nacional de Convivência Familiar, e eles não têm orçamento. Então, se eles não têm orçamento, eles não vão ser executados, ou vai ser executado aquilo que, por algum movimento, virar peça orçamentária.

Não quero entrar no debate, mas a Ana Carolina... Nós temos um plano socioeducativo que, pela primeira vez, virou orçamento: 85 milhões para a construção de unidades e 5 milhões e 900 para apoio aos Municípios em LA. E dos 5 milhões e 900 para fazer 30 convênios, só conseguimos fazer 10, porque as Prefeituras ou estão inadimplentes ou não mandam projeto.

Então, do ponto de vista orçamentário, eu não estou dizendo que Pernambuco está uma maravilha, não. Eu estou dizendo assim: para essa rede, uma parte dessa rede, há 280 mil sobrando no Conselho Estadual, e é importante, porque é um tipo de atendimento... A rede de abrigos é muito frágil. Fazemos um esforço muito grande para o reordenamento dessa rede. Pernambuco, lamentavelmente, ainda não concluiu o processo de municipalização. Nós ainda temos casas de abrigo. E só começou a municipalizar a partir de 2009, com posições contrárias de algumas pessoas importantes aqui do nosso Estado, que acham que temos que continuar executando Casa de Acolhida, quando essa é uma responsabilidade... Aliás, é a primeira diretriz do Estatuto. Não é a segunda. É a primeira. É a municipalização do atendimento.



E qual é o nosso papel? Apoio técnico e apoio financeiro. E temos esse esforço e essa briga não só para executar o orçamento total, mas para que possamos aumentar o orçamento. Mas o orçamento — e o Deputado Paulo Rubem conhece melhor isso do que eu, a lógica... Esta é a lógica do Governo Federal e a lógica de qualquer Governo estadual ou municipal: se eu te dei um valor x e você gastou menos y, então você não precisa de x. Então, nós temos que gastar o orçamento para mostrar a nossa capacidade, que não é só do Estado, é da rede municipal, de executar os nossos recursos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar, então, para as pessoas que se inscreveram.

Vou passar para a Inês Dias, que é do CRESS de Recife. Nós vamos disponibilizar um tempo de 3 minutos. Em seguida, Adriana Duarte Araújo, do Coletivo Mulher Vida.

A SRA. INÊS DIAS - Boa noite a todos e a todas. Na verdade, eu estou falando aqui não como assistente social do Recife, embora eu seja da Assistência Social. Eu trabalho no CRESS, no Centro de Referência da Criança e Adolescente, mas eu posso falar pela parte que me cabe nesse latifúndio. Por exemplo, o atendimento aos casos que o Dr. Zanelli pronunciou logo cedo, os casos de exploração sexual que chegaram até a GPCA.

Nós recebemos um bloco dessa grossura aqui com vários casos, vários inquéritos. Na verdade, eu acho que são inquéritos, porque não é processo. Não chegou até o juiz, não é processo. Recebemos vários inquéritos com os nomes das vítimas. Eu fiquei responsável por contabilizar quem era e quem não era de Recife, embora tenham nos mandado colocando que todos eram de Recife.

E quando nós fomos analisar os dados direitinho, as informações que nos chegaram foram as seguintes: os que eram adolescentes não eram mais. Foi há não sei quanto tempo atrás. Esse foi o primeiro dado que levantamos quando fizemos a análise do documento, porque o nosso objetivo era fazer uma busca ativa, era pegar esses nomes, com esses possíveis contatos, e ir atrás, trazê-los para o atendimento no Centro de Referência, que é o CERCA, onde atendemos as vítimas de violência sexual. E a primeira constatação: eram maiores na grande maioria. Então, dos 42, mais ou menos vinte e poucos eram todos maiores de idade, já não estavam mais



dentro da nossa alçada. E, se ainda estivessem, não havia informações suficientes para que os encontrássemos.

E foi esclarecido quando ele disse: a maioria vive nas ruas. Por quê? Porque dizer que é fulano de tal, ter todas as informações — local, nome de pai, nome de mãe — e não dizer onde mora não adianta. Então, tinha: Ibura, Mustardinha, Chão de Estrelas... Isso significa o que para mim? Ir no Ibura e procurar quem é fulano, filho de sicrano e de beltrano? Então, implica não ter informação suficiente. E nós sabemos, obviamente, que uma vez que ele diz que foram feitas intervenções com essas crianças e que o Conselho Tutelar foi acionado para levá-las e colocá-las nos devidos espaços, onde elas seriam acompanhadas, então, em algum meio, isso aí falhou.

Nós tentamos identificar se elas estavam nos nossos abrigos. Não estão nos nossos abrigos. (*Ininteligível*) do Recife, essas meninas e meninos não estavam nos abrigos também.

Então, onde é que a coisa se perdeu? O Conselho Tutelar pegou dentro da GPCA e colocou nas suas casas, disse “*Apareçam no Centro de Referência*” e eles não apareceram? Ou foi levar para os abrigos e os abrigos não tinham vaga, não receberam, e novamente soltou nas ruas? Fica a interrogação.

O fato é que essa demanda não chegou para o Centro de Referência. Se chegar, ela é atendida, embora, obviamente, com lista de espera etc. Mas, atualmente — isso é preciso dizer —, o único serviço que atende criança e adolescente vítima de violência sexual e, por consequência, de exploração sexual que o Recife tem é o Centro de Referência, o CERCA. Por muito pouco, nós não o perdemos também, porque a nova gestão, entendendo o reordenamento político da média complexidade e da alta complexidade, acha por bem que esse serviço tenha que se adequar — colocando que é uma normativa ministerial —, que tenha que se adequar aos CREAS do Brasil inteiro, o que significa dizer que não vamos mais ter atendimento a crianças vítimas de violência sexual. Isso eu posso afirmar categoricamente. Por que? Porque nós somos um remanescente neste Estado, Fernando. Porque quando você diz assim: “*Que equipamentos nós temos?*” Vamos ver se estão trabalhando a contento. É preciso sim. Porque depois que disseram que o serviço de enfrentamento à violência sexual compõe o PAEFI — Programa de



Apoio Integral a Famílias e Indivíduos —, significa dizer que vai atender todas as demandas que esses indivíduos e essas famílias têm. Então, por consequência, a violência sexual é a última das últimas, das últimas coisas que se vai atender.

Nós tínhamos o serviço Sentinela. Não sei se vocês lembram que era o Sentinela antes de ser CREAS. E aí nessas mudanças, com a tentativa de melhorar o serviço, esse serviço se perdeu. Então, não se identifica no Brasil, nos CREAS, atendimento a vítimas de violência sexual. Nós ainda temos porque funcionamos separadamente. Somos um equipamento da assistência, mas não estamos lotados dentro do CREAS, por exemplo. Nós temos uma equipe independente. E brigamos recentemente para que essa equipe continuasse independente, para que essa equipe continuasse fazendo atendimento a vítimas de violência sexual, porque sabíamos que, se fôssemos compostos dentro de um CREAS maior, que era a intenção primeira da Prefeitura do Recife, esse serviço se perderia. E o que nós faríamos com os nossos 70 casos de vítimas de violência sexual, inclusive meninas que vão, sim, para os presídios para exploração sexual? O que nós faríamos com esses casos? Íamos simplesmente desligar?

Então, nós temos essa preocupação por quê? Porque somos o único serviço. A ideia em todas as conferências é que se amplie por RPA, porque temos um CREAS por RPA. Nós temos mais de um CREAS, mas para atender vítima de violência sexual, só existe o CERCA, com uma equipe de três psicólogos, duas assistentes sociais e uma única educadora. Éramos três e agora sou só eu. Uma única educadora para fazer o trabalho preventivo e socioeducativo com as crianças.

Isso é um pouco do que eu queria trazer para refletirmos um pouco sobre onde estamos. Não é a falta de equipamento, mas o entendimento que se deve ter sobre esse equipamento, que tipo de intervenção ele pode fazer, qual o público que ele tem que atender, qual a demanda. A vítima de violência sexual tem que vir.

E aí me recordo que nossa Ministra Maria do Rosário disse: “*Eu tenho saudade do CREAS... do Sentinela*”. Por que? Porque, quando era Sentinela atendia-se vítima de violência sexual. Deixou de ser Sentinela, não atende mais vítima de violência sexual. Por quê? Porque é também, e já que é também, vamos pegar as coisas mais cômodas, menos trabalhosas, menos danosas, que não têm que meter polícia, família.



Dentro desse contexto de vítima, em muitas situações a gente sabe que a família é o violador do direito. Muitas meninas estão na prostituição, na exploração, sendo prostituídas porque as famílias induzem, seduzem, expõem, e sabemos que não se consegue alcançá-las. Então, eu sinto falta do Sentinela, porque eu sou da época do Sentinela. Não vou dizer minha idade, mas sou da época do Sentinela. Estou no Centro de Referência há 11 anos, vai fazer agora, na Prefeitura do Recife. Mudando de empresa em empresa, mas estou lá como contratada no Centro de Referência.

Então, eu espero que esta CPI possa também dizer: *“Gente, se não tem mais Sentinela, não vamos mais retroceder, vamos avançar.”* Então, que os Centros de Referência Especializados da Assistência Social possam atender, sim, vítimas de violência social, inclusive exploração, porque essa demanda vai chegar com o advento das grandes obras, da COPA do Mundo, etc.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Adriana Duarte Araújo, do Coletivo Mulher Vida.

Peço ao pessoal que procure falar nos 3 minutos.

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - Vou dizer boa noite aqui aos meus companheiros militantes: Jaciara, Maria Luíza, Inês, Elizângela, Dolores, porque acho que o Estado tem muito a aprender com as instituições da sociedade civil, já que fomos nós que iniciamos esse atendimento e ainda somos nós que o executamos. Desculpem-me, companheiros, de uma melhor forma possível, nessa garantia de direitos.

Quando falamos de exploração sexual, podemos ter dois olhares. O primeiro olhar é o olhar universal, é o olhar que a CPI vem e procura generalizar, observar as políticas públicas. E um olhar particularizado a partir das vítimas e de quem está no atendimento direto.

Hoje, pela manhã, eu recebi, na instituição Coletivo Mulher Vida, uma mãe que vinha colocar uma situação de um filho que foi traficado para o exterior. Muito triste porque o que essa mãe dizia era que esse filho havia falecido em Portugal.

O que me chamou a atenção: essa criança havia desaparecido há 2 anos. Passou algum tempo desaparecida. Houve denúncia, a Polícia investigou, o



Delegado da cidade de Limoeiro investigou e essa criança retornou, após 2 meses, dizendo que havia ficado em cárcere privado, num local, num bar próximo ao Mustang, próximo a um *shopping* bastante conhecido. Ela só não deu o endereço e o número da casa, mas ela localizou muito bem onde acontecia o cativado de cerca de cinco a seis meninos, por ela identificados à época e relatado para a Delegacia onde se encontravam os envolvidos na situação de investigação. Eram cinco a seis adolescentes, entre 13, 14 e 15 anos, e uma menina. Ele consegue fugir desse local, retorna a seu Município, entra em contato com a família, entra em contato com o Conselho de Direito, com o Conselho Municipal, que faziam esse acompanhamento.

Essa criança passa por uma série de atendimentos psicossociais e educativos. Depois de cerca de 3 meses, ela foge novamente. E aí a mãe, realmente, não conseguiu localizá-la. Depois de uns 2 meses de fuga, ela entra na Internet, comunica-se com uma vizinha e diz que está em Portugal, mostra uma paisagem europeia. E a mãe começa, muito delicadamente, naquela angústia de quem vê seu filho perdido, mas não pode interpelá-lo de forma enérgica, com medo de que essa criança se perca novamente... Após muitos diálogos confusos, ela consegue identificar que ele estava em Portugal, que ele havia sido adotado por um senhor chamado Jefferson Carvalho, que facilitou sua entrada a partir da adoção e inseri-lo em escolas. Assim o depoimento do menino.

Durante esse momento de comunicação, que durou aproximadamente uns 2 a 3 meses, ele várias vezes socializou fotos de outros jovens, sempre acompanhados com esses dois adultos mais velhos. Jovens muito bonitos, saudáveis fisicamente.

No dia 28 de agosto de 2010, essa mãe recebe um telefonema desse cidadão Jefferson Carvalho, avisando que esse filho havia falecido no dia 25 de agosto. Nesse momento, ela, em desespero, não consegue pegar as informações, pede a um cunhado que faça essa comunicação, e ele afirma que o adolescente havia morrido vítima de uma infecção intestinal; que teve todo o apoio médico necessário, mas não resistiu; que o corpo havia sido enterrado e que estaria retornando ao Brasil por volta de dezembro, quando levaria os pertences da pessoa e sentaria com essa mãe e conversaria com mais calma.



Depois de um tempo, essa mãe conseguiu novamente retomar o diálogo com esse cidadão, e nesse momento ele informa... E aí ela pede que ele encaminhe as coisas, que ele fale um pouco mais sobre a situação. E aí ele coloca que o adolescente havia sido cremado e que, portanto, ele não tinha nem como dizer onde foi enterrado, e que ele estaria encaminhando essa documentação.

Paralelamente a isso, havia uma pessoa íntima dela, em Portugal, que conseguiu localizar esse jovem. Conseguiu chegar até à cidade, até o local onde ele estava morando, inclusive tirou fotos, e fazia uma comunicação paralela com a mãe. Essa pessoa se prontificou a ir nessa casa pegar os pertences. Nesse momento entra em contato com a mãe e comunica a ela que realmente tudo o que ele havia dito era verdade, que ela tinha visto o atestado de óbito, que no atestado de óbito havia dito que ele tinha câncer de pulmão e que toda a assistência foi dada imediatamente. Mas ele era um jovem aparentemente muito saudável, e que a mãe que ficasse despreocupada, porque assim que ela viesse ao Brasil entraria em contato. Essa pessoa é uma amiga muito íntima dessa mãe, que, por sinal, esteve aqui hoje à tarde, com uma do Conselho, e esperou que a CPI iniciasse, mas não foi possível que ela aguardasse.

Nesse processo, essa senhora retornou de Portugal. Ela havia dito que não poderia retornar naquele momento porque não tinha o visto de permanência, então não poderia retornar. Após 15 dias desse diálogo, a mãe soube que ela estaria retornando à Paraíba — porque ela é de uma cidade da Paraíba. E entrou em contato e pediu que ela trouxesse os pertences do menino. E nesse momento foi quando ela foi até a Paraíba, conversou pessoalmente com ela, e ela disse: *“Olhe, eu estive presente, seu filho foi muito bem tratado. Essas pessoas são muito boas, inclusive me arrumaram um emprego muito melhor; conseguiram meu visto de permanência em 15 dias. E realmente o que eu tenho para dizer a você é que foi uma sorte do destino, o seu filho infelizmente foi acometido de uma doença e não sobreviveu”*.

O que me chamou a atenção nesse processo? Todas as imagens que a mãe salvou do Facebook da criança eram numa casa muito nobre, muito chique, numa região de Cascais, em Portugal, que é uma praia muito habitada, uma praia considerada classe nobre, classe A, onde havia várias outras crianças, vários outros



adolescentes convivendo nessa mesma casa. E a única referência de adulto que aparecia era esse senhor Jefferson. Em alguns momentos, um outro senhor, mas o jovem em nenhum momento colocou para a mãe quem era aquele senhor.

Para a gente, o que é muito preocupante? Primeiro, que esse adolescente denuncia claramente, no Estado de Pernambuco, na Região Metropolitana do Recife, um local de abrigo, de cárcere privado, de situação de exploração sexual de jovens e adolescentes. Esse local não foi investigado, não houve nenhuma sindicância, não houve nenhuma investigação mais apurada.

Segundo, que ele passa a ser vítima de tráfico; que conseguem sair daqui com uma criança de 14 anos de idade, falsificando toda a documentação, adotando essa criança ilegalmente. E nada é feito, nada foi visto e nada foi investigado.

Terceiro, que um cidadão brasileiro morre em Portugal e uma mãe sequer consegue informações coerentes do que morreu esse adolescente.

Digo que essas observações precisam ter um olhar particular, porque precisamos ir para os casos, ir para os estudos de caso, buscar as histórias de vidas em que estão envolvidas essas pessoas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quando foi isso?

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - Em 2010.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi participado... O Ministério Público... A doutora está falando que não teve conhecimento da Polícia Federal. Como é isso?

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - Nós recebemos a visita hoje dessa mãe, acompanhada de uma Conselheira de Direitos, que é muito conhecida e também é Conselheira do Município de Limoeiro, que estava presente agora há pouco. Ela informou que todos os trâmites legais foram percorridos, já que o Conselho também acompanhava o caso.

Então, o que falta é que se observe cada caso em particular e veja onde estão nossas falhas e nossas vulnerabilidades para a investigação, já que alguém está sociabilizando — e aí nos cabe não duvidar, nem acreditar maximamente, mas investigar aquilo que está sendo dito por uma mãe. Quando um adolescente consegue fugir de um cativo, onde fica por 2 meses, e ele aponta — um adolescente de Limoeiro —, aponta a localização quase que exata desse local e



nada é feito, precisamos realmente nos visitar. Até que ponto enfrentamos a exploração sexual como se enfrentássemos violação de direitos de crianças e adolescentes ou violação de direitos de pessoas que não consideramos mais cidadãos?

Então, nesse sentido, gostaria de contribuir e pedir ajuda desta CPI para que possamos... Pelo menos que essa mãe saiba o que aconteceu com esse filho e que ela tenha, se não a urna com seus restos mortais, a explicação sobre o que aconteceu com o seu filho.

É isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa denúncia é muito grave. E a Polícia, o que fez aqui? Não tem inquérito, não se abriu nada? O que vocês fizeram de concreto nesse caso?

Depois será passada a palavra para a Dra. Ana Carolina, para ela fazer também suas considerações. Ela quer fazer também algumas perguntas.

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - Bom, o caso chegou ao Coletivo, Mulher Vida hoje pela manhã, e não pudemos nos aprofundar nas documentações, até porque passamos pela escuta ativa dessa pessoa, por uma escuta afetiva, pela escuta dos sentimentos que estão envolvendo as vítimas. Mas, como o caso vem encaminhado por uma Conselheira, as instituições que fazem parte da rede sabem que entendemos que ali se seguiu um trâmite normal. Seguiu-se um trâmite de investigação.

Contudo, o Delegado de Limoeiro afirmou que ligou para alguns amigos policiais, deu o endereço, a localização mais ou menos da área onde esse menino falava dessa situação de cárcere. E alguns policiais amigos dele, à paisana, foram averiguar, observar o local, mas não encontraram nada.

Acho que isso também nos mostra... Eu trago aqui um recorte muito claro do tráfico de pessoas. No momento em que estávamos fazendo a escuta... O Coletivo trabalhava com o recorte do tráfico para fins de exploração sexual. Mas nós ficamos nos perguntando até que ponto esse não era um tráfico para fins de remoção de órgãos, porque nas fotos havia sobretudo crianças brancas, adolescentes brancos, meninos, fisicamente muito saudáveis. E a gente sabe que a exploração sexual tem um recorte muito claro da questão de raça. Para o traficante, ele não vai levar daqui



um menino louro, ele não vai levar daqui um menino branco, porque, para isso, ele vai até o Leste Europeu e vai recrutar centenas. Porque o tráfico tem a mesma configuração em toda a parte do mundo. A mesma configuração. As mesmas vítimas, os mesmos abusadores, tudo é muito semelhante.

Então, para nós, ficou muito estranho, com essas crianças, com esses adolescentes muito sarados, como a gente diz, e, de repente, esse menino morre, de uma hora para outra. Mas também ele pode estar vivo.

Então, o que a gente espera é que, de fato, esta CPI abrace esse caso. Podemos mandar todas as informações, colocar o Conselho Municipal em contato com vocês.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual o nome do menino?

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - O nome do menino era Alison, um jovem que tinha uma opção homossexual. E muitas vezes, a gente sabe que as famílias expulsam esses meninos de dentro de casa, haja vista que esse caso aconteceu, esse sumiço aconteceu desde agosto de 2011 e agora é que essa mãe conseguiu fazer com que esse pai tomasse algum tipo de iniciativa para saber desse filho. Então, é isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar para a promotora, por 30 segundos, e depois para o Fernando, porque nós precisamos realmente caminhar para... E solicitar que seja efetivada a denúncia, e toda a documentação seja remetida para a CPI, porque nós podemos entrar em contato com o Itamaraty para que se proceda a uma investigação. Há um setor no Itamaraty, que está discutindo a questão do tráfico, particularmente para a Espanha e para Portugal.

A SRA. ELEONORA PEREIRA - Na Paraíba, está tendo uma investigação de tráfico de meninos homossexuais, que está ligando Piauí, Pernambuco e Paraíba. Tem um policial federal que está investigando... *(Pausa.)*

A SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. ELEONORA PEREIRA Certo. Pronto. Tem uma investigação; eu já fui ouvida e acho que deve estar ...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá ótimo.



O que a gente precisa é apenas que seja feita a denúncia, com o maior número de documentos e dados possíveis, para que possamos fazer o encaminhamento para o Itamaraty e para a Polícia Federal também.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Adriana, um esclarecimento só que eu queria dar é o seguinte. As adoções internacionais elas passam por um sistema. Então, o adolescente não pode passar pela Polícia Federal no aeroporto sem que seja essa adoção informada a uma autoridade central, que é em Brasília, e essa autoridade central tenha se comunicado em Portugal. Então, precisa saber se essa adoção de fato existiu, ou se é tudo documento falsificado.

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - É tudo falsificado, doutora, porque os pais dele, que o criavam até o momento em que ele se evade de casa, não concordaram com a adoção, não conheciam o adulto.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É preciso saber se houve essa destituição. Para haver essa adoção do adolescente, se houve a destituição de poder familiar.

A SRA. ADRIANA DUARTE ARAÚJO - Não, não. Houve falsificação de documentação e infelizmente ele não tinha ainda tirado a sua identidade, portanto, ele não tinha coletado ainda das digitais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Vou passar para o Fernando por 30 segundo. E a gente fica no aguardo de você encaminhar os dados.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Também solicitar que essa informação possa chegar ao Conselho Estadual, para que a gente possa tomar providências. Hoje chegou um caso relativo a uma situação específica de Fernando de Noronha e a gente já está tomando providências. Então, essas informações precisam chegar formalmente. Segundo, nós estamos levando para a próxima semana, na assembleia do Conselho, uma proposta que a Secretaria da Criança e da Juventude está desenvolvendo para fazer uma campanha de publicação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos no nosso Estado, para a gente lançar essa campanha. Essa campanha já foi feita em 2006, 2007; das 16 crianças, cujas fotos foram publicadas, 15 foram localizadas, justamente para a gente ter um instrumento. Essa água mineral, ela tem a capacidade de circular mensalmente com 400 mil garrações,



aqui na região metropolitana e em algumas cidades do interior. Isso está sendo discutido com a GPCA e estamos levando o debate para o Conselho na próxima semana para a gente poder também ter uma atenção específica para essas crianças e adolescentes desaparecidos. Porque, às vezes, não é desaparecida, às vezes, é violência doméstica, e a criança sai, pensando que a rua, ou uma coisa desse tipo... Então, essa é uma ação que a gente vai desenvolver ainda este ano e a gente espera que o Conselho Estadual aprove na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está bom, está ótimo, Fernando.

Obrigada, Adriana.

Nós vamos passar então para o Carlos Alberto da Silva Santos, que é do GPCA, Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente. Tem que falar ao microfone. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA SANTOS - Vou passar para minha companheira Jacineide...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora tem 3 minutos.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - Boa noite, gente. Eu quero cumprimentar todos e todas na pessoa da Deputada Erika Kokay. É um prazer imenso. Estou falando aqui mais como uma cidadã, moradora da periferia de Caixa D'água. Gostaria de saber do nobre Secretário como eles estão tratando essas casas de *show*, porque não é só o ponto de prostituição e exploração sexual nos pontos que já são normais — Boa Viagem, Santo Amaro, não sei onde — mas as casas de *show* da periferia, as chamadas “bregas” onde são difundidas lá as tais músicas que denigrem, vulgarizam, principalmente a adolescente feminina, do sexo feminino. No meu bairro, eu moro lá há quase 30 anos e, eu não vi uma ação concreta sobre essas casas. Lá começam os pagodes às sextas-feiras e vão até às segundas, que são as segundas sem lei. E de lá vêm todas as pessoas, todos os traficantes, todos os matadores da região metropolitana. Daqui até Vitória de Santo Antão, se você passar por lá, você vê entra a sexta e a segunda-feira sem lei. Então, como são as ações para fazer essa abordagem dentro dessas casas de bregas? Você passa lá — eu passo todos os dias, sou moradora de lá, passo lá —, tem uma viatura em frente ao brega, mas não entra. E, lá dentro, a gente sabe, a minha



vizinha, que é de menor, está lá dentro. Como um bar chamado lá de “Chuveirão”, onde duas crianças — para mim, é criança — com 13, 14 anos, estavam lá fazendo *strip* por 5 reais. Quem conversou com elas fomos nós, moradores: eu, que sou moradora e conheço a mãe dela. A mãe dela foi vítima de tráfico da prostituição; morreu, Claudete, na Espanha; foi para a Espanha, através de uma casa de recursos, como são chamadas as tais boates de Boa Viagem; e, hoje, apenas o que nós temos de explicação foi o corpo que chegou aqui todo deteriorado, o corpo de Claudete, isso há 8 anos, e a filha dela se tornou prostituta também. Então, gostaria de saber quais são essas ações, mais ostensivas, porque não adianta dizer que tem um programa disso, um programa daquilo. Precisa ir à periferia. Não é só Caixa D’água, Dois Unidos, Águas Compridas. É onde está, nas ruelas e becos, é onde está a maior violência também. Porque, nós temos os casos que chegam. Quando disseram aqui “70 casos de exploração sexual”, eu disse: “Danou-se”. Não botaram nadinha de Caixa D’água lá. Então, a gente precisa fazer de um modo geral e junto com a polícia. Gostaria que o major ainda estivesse presente para dizer qual é a ação ostensiva nessas casas de brega, porque é um absurdo. É um absurdo. Se você sair aqui, na sexta-feira, a partir das 21 horas, você vai encontrar, entrar, em mais de mil estabelecimentos e, com certeza, lá dentro estão as crianças e adolescentes. E pasmem, não é só a questão do gênero feminino, mas está crescendo a questão da homossexualidade masculina em que essas criaturas são usadas para isso, são envolvidas nessa questão da exploração sexual.

Então, eu venho aqui, como cidadã, perguntar o que o Governo do Estado vai fazer, junto com a Polícia Militar? Porque ficam as viaturas com tal nome “Pacto pela Vida” lá em frente dessas casas de brega e não entram. Não entram, não fazem uma abordagem e não fazem o que tem que ser feito. Porque, se for feita essa abordagem ostensivamente... Não é só colocar lá... A casa de brega bota dois guardas, dois vigilantes e, na sua maioria, são policiais, em seus dias de folga, fazendo a parte de segurança nessas casas. Então, eles não entram.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é que é seu nome mesmo?

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - Meu nome é Jacineide.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Jacineide, hoje, lá na Delegacia de Proteção à Criança, foi comentado sobre essas casas, e me falaram que ali não tem criança nem adolescente. Foi constatado. Você está falando que existem crianças e adolescentes.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - Tem sim. Tem, tem. Eu acho que Eleonora é uma pessoa da militância, mora na periferia e sabe que tem, porque a polícia não entra nos becos e ruelas para ver isso, nem entra nessas casas de bregas.

(Não identificado) - Fica na frente. Eu moro lá também.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - Fica na frente das casas e vê.

(Não identificado) - Oito, 9 10 horas, minha gente!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o pior não vai ser isso, o novo Código Penal ele quer legalizar as casas de prostituição.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - (*Risos.*) É, então, a gente não tem mais que fazer audiência, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Proposta do Senado. Além de querer diminuir a idade prevista do estupro de vulneráveis de 14 para 12 anos de idade — aí passa para 12 anos de idade — e ainda diminuir a pena que são 15 anos, para 12 anos. Então, vai ficar bem pior a situação.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - Vai ficar bem pior e vai ficar bem pior, porque temos casos lá de traficantes com menores, porque eu já saí, na minha rua, às 2 horas da manhã, para conversar com criança, que eu vi nascer lá, e colocá-las para a casa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, vocês têm que protestar lá. O Pedro Taques é o Relator no Senado, então, vocês têm que enviar a indignação.

A SRA. JACINEIDE DOS SANTOS LIMA - E, por último, quero me indignar, viu, Fernando também. Como é que a gente deixa voltar dinheiro tendo tanta demanda? Como é que vão voltar quase trezentos e tantos aí, mil, milhões, que eu nem sei a sigla, tendo tanta demanda na região metropolitana? Olinda é a 5 minutos daqui, minha gente! Como é que a gente vai deixar isso acontecer?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Jacineide, você estava inscrita após o Carlos. Então...

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA SANTOS - (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você quer falar? Você não tinha... Então, você tem 3 minutos, para ver se a gente consegue fechar.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA SANTOS - É rápido.

Boa noite a todos. Eu sou Carlos Alberto. Faço parte do (*ininteligível*), estou representando o Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente, na zona norte, e também faço parte da assessoria do Deputado Paulo Rubem. Eu fico indignado, às vezes, com os relatos. Eu passei 3 anos no Conselho Tutelar, na cidade de Recife, na RPA II, eu fui coordenador da área. E eu e um grupo de pessoas da nossa sociedade civil fizemos diversos relatos. Eu não sei se existe mais no Conselho Tutelar, porque inventaram tantos sistemas — SIPIA, Recriar, SINASE, e não funciona nada, não é? Eu peço até desculpas ao Fernando, porque Fernando passou pela escola lá em cima, e foi quem trouxe para a gente e nos passou... Um grande facilitador no Estado de Pernambuco, E, assim, eu fico indignado, porque fizemos um trabalho, na zona norte, voltado... E quando eu vim para a reeleição, tem um rapaz, que hoje é candidato a Vereador, fez com que a nossa comunidade não tivesse outro representante para o Conselho Tutelar. Eu mexi tanto nas comunidades lá — inclusive esse brega lá, esse brega dançante —, fui ameaçado na minha residência, e achei por bem sair mais do cenário. Fico indignado. Tem relatos. Na Promotoria da Vara da Infância, eu fui fiscal da infância, e estou afastado, porque exerço uma função de assessor. Mas, se vocês fizerem uma investigação de 3 anos — Carlos Aminésio, junto com Bruno Pinho Alves, nós fizemos um monte de denúncias. Eu fico triste quando eu vejo a nossa amiga, aqui, porque os nossos encaminhamentos de exploração sexual, na cidade do Recife, batiam e voltavam, porque não existe um apoio, não existe uma rede integrada. Não existe uma rede integrada na cidade do Recife. Se eu mexo com algumas pessoas... A Secretaria de Assistência Social da cidade do Recife não funciona. É um desapego meu. Passei pelo sistema, enquanto conselheiro tutelar, e não funciona. Há uma desculpa. É importante uma CPI; é importante. Aí eu fico gritando com as



nossas companheiras, batendo no muro e voltando. É preciso ter mais compromisso com a criança e o adolescente. Eu fui um cara ressocializado. Com 12 anos eu fui interno, dos 12 aos 14, numa instituição, na FEBEM. Foi Edson Ceda, que foi meu facilitador e meu coordenador. Quer dizer, eu fui ressocializado. Ressocializar é possível. Agora, você fazer uma política de assistencialismo e uma política de proteção à criança, tem que fazer uma política pública voltada para a família, no berço. A família é o único violador da criança e do adolescente. Se você for a minha comunidade, tem 16 crianças no tráfico — isso eu vou falar, eu vou morrer. Mas 16 crianças no tráfico. Eu até fui questionado por uma colega nossa, porque eu trabalho com essas crianças, tirando essas crianças e as encaminhando para alguns parceiros nossos, em outras cidades, mas aí é um relato. A Assistência Social da cidade do Recife não funciona.

Agradeço a vocês todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

Eu vou passar então para os componentes da mesa que querem fazer uso da palavra. Eu vou passar 2 minutos para cada um.

Seguindo a ordem, passo para a Promotora de Justiça Dra. Ana Carolina Sá Magalhães para responder o que lhe couber e ao mesmo tempo fazer as suas considerações finais.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Com relação a esses *shows* na periferia, é fato que existe. Até gostaria que ficasse mesmo registrado, pelo que a Deputada Liliam falou de que não existe registro. Existe registro sim, inclusive o Ministério Público está investigando um dos casos que veio à tona na semana passada, que era de uma criança de 9 anos, entre 9 e 12 anos, simulando relações sexuais com um cantor em um desses *shows*. Então, existe sim; está documentado e o Ministério Público, no que lhe cabe, está investigando. Cabe ao resto também partir para essa investigação, seja através da inteligência da polícia ou das delegacias especializadas.

Como palavras finais, só gostaria de falar realmente do meu desejo que esta CPI tenha de fato esse resultado, que eu vejo chegar ao Ministério Público. Deixar a sociedade civil ciente também de que, na minha realidade, não termina em pizza; termina sim em recomendações que são sérias, pertinentes e que acredito podem



sim trazer resultado. Então, esse é um pedido que fica aqui para os Deputados Federais que estão presentes, que se deslocaram de Brasília, dos seus Estados, para estarem aqui com a gente. Acho que isso é importante. Eu fico um pouco triste de ver que há pouca gente. Minha irmã, que trabalha com violência sexual de criança e adolescente, me relatou que há pouco tempo teve a CPI aqui e não tinha onde sentar gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da Mulher.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Da Mulher. Exatamente. Violência contra a Mulher. E não tinha onde sentar gente. E teve vaia, teve aplauso, secretário, que teve que se justificar. E eu fico triste quando eu vejo que a gente não consegue mobilizar nesse nível. Que sejamos poucos, mas que sejamos ativos, que a gente não se canse dessa luta; que, com esses novos parceiros, como a Dra. Kilma, a gente vá atrás para saber no que podemos trabalhar junto e no que podemos trazer de resultado.

Muito obrigada e boa noite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Ana Carolina Sá Magalhães.

Eu passo a palavra ao juiz, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO - Eu gostaria de anunciar, de maneira até inédita, para o pessoal da rede, que está aqui, para o pessoal que trabalha, de maneira diuturna nessa área, que a Segunda Vara dos Crimes Contra a Criança e Adolescente tomou a iniciativa de fazer um banco de dados. Então, nós estamos com a própria equipe da Vara e uma estagiária, construindo um banco de dados, cruzando indicadores dos processos, dos últimos 4 anos, desde que a Vara foi instalada. E eu estou, trazendo esse assunto, não só para anunciar esse banco de dados, que eu acho que é inédito — porque eu não conheço outro registro desse, em nenhuma outra Vara de Crimes ou de Infância e Juventude —, porque, apesar de a gente só ter analisado 30% dos processos do arquivo, já correspondem a 15% dos processos de arquivo de todo o Recife, que é uma cidade considerável. Nós já temos uma amostragem que nem toda pesquisa alcança.

Então, veja o que é curioso: 32% dos casos de abuso ocorrem na RPA 3, bairros como Casa Amarela e Nova Descoberta; 20% dos casos na RPA 2, Beberibe



e Água Fria. Tem algum indicador por aí de aproximação pelo que ocorre. Agora, no gráfico, isso é impressionante. É impressionante como aparece o maior número de casos de abuso, de tudo, nessas duas RPAs. Veja, só elas duas respondem por 52% dos casos de abuso e de exploração, que seria numa avaliação de 15% dos processos que tramitam nos últimos 4 anos no Recife.

Então, eu estava ouvindo a questão desses bailes, e tal isso aquilo outro. De repente, pode ter um contexto que deva ser monitorado, reprimido, policiado e efetivamente haver uma contenção de abuso. Agora, quero dizer também, Jacineide, que eu conversei recentemente também com alguns artistas, eu estou trocando ideias com o pessoal a respeito disso. E uma das conversas que tive foi com Santana, que é uma pessoa muito conhecida, um artista muito conhecido de todos. E Santana trouxe uma coisa muito importante, que é o foco dele, como artista de dentro do meio, é a questão da erotização dos *shows*. Não é só os bregões, não, nem os bregas, essas festas que têm nas periferias não. Os próprios *shows*, com certas bandas, estão estimulando muito. Ele trouxe essa preocupação, como artista, dessa questão da erotização dos *shows*. Talvez seja outro foco sobre o qual nos debruçemos para que a CPI também faça o registro.

Muito obrigado. Parabéns à CPI. Eu acho que esse trabalho é importante. E fico surpreso aqui — décima quinta reunião é muito trabalho. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto.

Passo a palavra para o Fernando Silva, para responder o que lhe couber, e também fazer as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Veja bem, Jacineide, eu acho que a gente tem que receber as denúncias, tem que acionar a rede. Se a rede não for acionada, a gente não pode cobrar a rede. Temos o Conselho Estadual, a Secretaria da Criança, o Disk 100, a GPCA. A gente está aberto a receber isso e a trabalhar com a rede. Nós temos que ter essas informações. Agora, eu acho que o juiz já colocou: não é só com repressão que a gente vai resolver esse problema.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Calma, gente, muita calma nessa hora. Não é só com repressão que a gente vai resolver. Esse não é um caso só de



polícia. O debate é muito mais amplo. Então, aquilo que precisar de repressão, que precisar ser investigado... A gente precisa ter as informações. Eu acabo de dizer que a gente recebeu uma denúncia grave de Fernando de Noronha hoje. E a gente agiu hoje. Agora, se a informação não chegar, a gente não está lá. Então a gente precisa da repressão, mas a gente precisa ir para além da repressão. Eu acho que na minha fala eu coloquei um pouco isso.

Eu acho que a sua indignação é a indignação de todo mundo. Veja só, eu não estou dizendo que há dinheiro sobrando no Estado de Pernambuco, não. Aquele orçamento que foi disponibilizado as organizações e as Prefeituras não estão conseguindo acessar este ano. Aí é preocupante. Até porque muitos projetos chegam — eu não choro mais porque acabou o estoque de lágrimas... Há projetos que chegam, de uma qualidade... Tenha paciência! O Código de Menores era mais avançado, mas o de 1979, não é do de 1927 que estou falando. Projetos de ONGs, de prefeituras... É claro que há excelentes projetos de ONGs e excelentes projetos de prefeituras. E a gente também busca desburocratizar, para que possam as entidades ter acesso. Então acho que esse é um desafio nosso, é um desafio dos conselhos municipais... Esse é um ponto importante.

Para concluir, eu queria agradecer imensamente a oportunidade do convite para estar aqui participando, agradecer as contribuições, as perguntas, e desejar muito sucesso, Deputada Erika Kokay, na condução do trabalho desta CPI. Assim como a Dra. Ana Carolina, eu acredito que o resultado desta Comissão vai jogar luz no trabalho não só da esfera federal, mas também do Estado e dos Municípios.

A gente está à disposição para colaborar para aquilo que for possível com o fornecimento de informações. E, por favor, continuem nos cobrando.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Fernando.

Passo a palavra para a nossa Secretária de Direitos Humanos do Município de Recife, a Sra. Maria do Amparo Almeida Araújo, para que possa comentar as falas e fazer as suas considerações finais.

A SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO - Eu agradeço o convite. Infelizmente eu não pude contribuir muito, até porque todo o orçamento anual da nossa Secretaria, para tudo, é de quatrocentos e poucos mil reais. A gente consegue aportar alguns recursos através de captação de projetos.



Mas eu queria fazer a seguinte observação. É muito bem-vinda esta CPI, mas uma outra questão me preocupa muito. Eu soube recentemente que, na Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, houve 1.089 propostas vindas dos Municípios e dos Estados, e apenas uma fazia referência ao combate à violência letal contra criança e adolescente, e criança e adolescente no nosso País morrem feito moscas.

Outra coisa é que eu quero me somar ao Fernando, porque a minha expectativa é sempre a gente lutar por mais prevenção, nunca por mais repressão, porque aí eu vejo um risco, que é a gente daqui a uns dias estar dizendo que a ditadura civil e militar no nosso País foi muito boa. Ela só usou repressão.

Então eu gostaria de fazer essa reflexão. Vamos pensar um pouco mais em prevenção e em menos repressão. Em prevenção inclusive formando bem nossos policiais. Porque não existe Estado sem polícia. Eu não conheço, no nosso planeta Terra, um Estado que não tenha polícia. Agora, essa polícia tem que ser bem formada, e a sociedade civil tem que pressionar para que isso aconteça.

Eu agradeço à técnica da Assistência Social que prestou esses esclarecimentos e espero que os Deputados me enviem os questionamentos, para que eu os encaminhe para o Sr. Prefeito e ele determine que a Secretaria da Assistência Social responda, porque a minha área de atuação é muito restrita, sem recurso, sem orçamento, e eu tenho que atender todas as violações de direitos humanos, não só de criança e adolescente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Secretária.

Eu passo a palavra ao autor da iniciativa, Deputado Paulo Rubem Santiago, para que possa fazer seus comentários e suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu quero só destacar aqui que, já há alguns anos, nós nos somamos a alguns Parlamentares no Congresso. Já não fazemos mais a discussão setorializada dos problemas específicos de cada um dos diversos setores que reclamam políticas públicas. Nós nos identificamos com uma série de pessoas neste País. Boa parte dessas pessoas são economistas de formação, mas não são economistas empregados na iniciativa privada, são de universidades, de institutos de pesquisa, de organizações não governamentais que



atuam nessa área da economia do setor público. E nós, ao nos identificarmos com essa leitura da realidade...

Nós temos uma forma de nos colocar em relação a isso. O nosso País, há quase 40 anos, vem vivendo um processo de submissão da gestão dos orçamentos, das finanças, das políticas de arrecadação de impostos, da definição de a quem compete arrecadar a maior parte do bolo tributário. Há um processo que marcou a economia mundial e que está escancarado hoje, nesta crise que assola boa parte do mundo: o chamado processo de financialização da economia. Por mais que o Brasil aspire a chegar à sexta ou à quinta economia mundial, isso não quer dizer absolutamente nada se nós não tivermos o comando e o controle das contas nacionais, das finanças públicas, do projeto de desenvolvimento para responder aos problemas do Brasil. Porque, se nós desnacionalizarmos a parte mais avançada da nossa economia e continuarmos submetendo, como está aqui publicado no projeto de Orçamento do próximo ano... Porque 42% das receitas do Tesouro Fiscal vão para a dívida pública, uma dívida pública que hoje é integrada por 100% de papéis do Tesouro Nacional, mas que, em 1994, era representada apenas por 11% de papéis do Tesouro Nacional, e o restante da dívida eram contratos para investimento, seja em rodovias, em portos, em ferrovias, em usinas hidrelétricas, em programas de investimento em saneamento e habitação nos Estados.

Nós fomos completamente capturados por uma lógica do capitalismo internacional de privilegiar a acumulação de riqueza pela via das finanças e não pela via do trabalho e da produção. Nós temos inúmeros economistas conhecidos no Brasil — Luiz Gonzaga Belluzzo e outros — que têm se dedicado a estudar e a explicar isso.

Por isso é que, entre uma e outras audiências, quando nós discutimos políticas públicas, quando nós discutimos o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando, após a oitava conferência, nós avançamos para a construção do SUS e, agora, a transformação da Lei Orgânica da Assistência no Sistema Único de Assistência Social, e para a discussão na Câmara do Plano Nacional de Educação... A gente roda, roda, roda, e cai no mesmo ponto. Não é por incapacidade da sociedade que nós não avançamos, é porque ainda estamos submetidos a uma lógica que é a lógica rentista. Para não ir muito longe, para não ir a São Paulo citar



Belluzzo, eu cito aqui a Tânia Bacelar, de Pernambuco, que é uma das pessoas que mais aponta essa distorção na hora de definir para onde vão as riquezas do País. Nós estamos submetidos. Por isso é que não há recurso para a conclusão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Eu não acompanhei, porque estava em viagem, mas aqui houve uma sessão da CPI de Combate à Violência contra a Mulher. Não tinha lugar para quem quis sentar. Vocês sabem quanto é o orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no próximo ano em relação ao conjunto do orçamento fiscal da União? É de 0,038%. Ou seja, 0,038% das receitas fiscais destinadas aos Ministérios e às Secretarias é o que vai caber à Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Era melhor não ter criado a Secretaria e ter desenvolvido políticas com orçamento, com estrutura em outras esferas ministeriais. Porque o problema não é da estrutura administrativa, o problema é de haver investimento e de se gerar resultados a partir dos programas elencados pela necessidade e pela eleição da maioria da sociedade.

Então, quando se discute aqui a ausência de estrutura no Ministério Público, a ausência de estrutura no Poder Judiciário, a precariedade do Poder Executivo pra responder com celeridade, com integridade a esse enfrentamento da violência, isso vem de uma lógica. Por que os Municípios não sabem fazer projetos? Porque o Estado brasileiro, nos três níveis, nunca foi um Estado constituído para responder, primeiro, às demandas da maioria da sociedade; ele sempre foi um Estado constituído à imagem e semelhança das oligarquias.

Minha gente, são 322 anos de Colônia e 67 anos de Império, e dois terços dos 122 anos de República de uma república das oligarquias, onde as mulheres não tinham voto, os analfabetos não tinham voto, o voto direto, a democracia era cerceada, vários e vários regimes de ditadura dentro deste País.

Então, nós estamos numa situação crítica. Porque nós aprovamos o Estatuto da Criança e do Adolescente e depois aprovamos, há 4 anos, o Plano Nacional de Direitos Humanos, que diz, no Eixo III, Diretriz 8, que devem ser cumpridas as metas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Você faz um plano para dizer que tem que cumprir as metas do Estatuto.



Há 2 anos, nós tivemos uma audiência na Universidade Federal, convocada pelo Movimento Amigos das Crianças. Depois, nós tivemos um fórum na Universidade Rural, promovido pela Escola dos Conselhos, alusivo aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu fiz um diagnóstico de toda a execução do Orçamento Criança e Adolescente e mostrei que, tanto nos governos anteriores como nos atuais governos, trata-se da questão da proteção, da integridade e do direito à vida de uma forma secundária. Porque não se pode admitir que se cortem recursos, que se contingenciem recursos do Orçamento quando se trata de promover a defesa da vida. Eu canso de fazer emenda à LDO para não haver contingenciamento das políticas de combate à violência contra a mulher, promoção da educação infantil e do ensino fundamental, consolidação das metas do Estatuto da Criança e do Adolescente. E nós não a aprovamos.

Nós acabamos de aprovar que, no próximo ano, 45 bilhões para as obras do PAC estão fora da economia fiscal para atender a meta do superávit primário — 45 bilhões! Nós propusemos que 4,5 bilhões de investimento em educação ficassem fora da meta do superávit primário, e fomos derrotados na Comissão de Orçamento, com o voto inclusive de partidos da Esquerda na Comissão de Orçamento.

Ora, por que dá para tirar da economia fiscal 45 bi para ferrovia, porto, concessão de aeroportos, usina hidrelétrica, usina atômica, etc., etc., e não dá para tirar 4,5 bilhões para os investimentos da meta do Plano Nacional de Educação? Isso para mim é cinismo, isso para mim é traição, isso para mim é covardia. É covardia, porque o nosso problema não é fiscal.

Em 1994, nós tínhamos uma carga tributária de 24% do PIB; ela chegou agora a 35,8% do PIB. O nosso problema não é incapacidade fiscal, não é falta de receita, não é insuficiência tributária. Nós temos capacidade fiscal para investir.

Agora, falando da Polícia Federal, eu coordenei uma assembleia, há duas semanas, com 400 policiais em Brasília, com o Delegado Protógenes. A Polícia Federal, em 2008, tinha 42 milhões para investimento. No ano passado, caíram para 36 milhões. As despesas de pessoal da Polícia Federal, em 2008, eram de 3 bilhões e 200 milhões de reais. Subiram para 3 bilhões e 600 milhões de reais — 400 milhões a mais. Quatrocentos milhões de 2008 a 2011 é um reajuste de 13%, abaixo da inflação no período.



Por isso é que a Polícia Federal está em greve, pedindo respeito, dignidade e uma carreira decente. E nós somos poucos a estar lá, discutindo, divergindo, enfrentando a equipe econômica do Governo, para reconhecer essa disparidade.

Então, eu estou cansado dessa discussão setorializada, porque ela não leva a lugar nenhum. Devemos começar a enfrentar o debate macroeconômico de quem se apropria do Orçamento e para que se apropria desse Orçamento, porque os 42% do Orçamento do Tesouro que vão para a dívida pública vão para nada. Esse recurso é esterilizado, ele vai para a concentração de riqueza. Se a gente contingenciasse o Orçamento e aplicasse no SINASE, no Programa de Combate à Violência contra a Mulher, no Plano Nacional de Educação, erradicasse o déficit de habitação, erradicasse o déficit de atendimento à saúde materno infantil, eu ficava calado. Mas sai da sociedade para enriquecer uma minoria, que vive de juros da dívida pública.

Então, eu quero dizer aqui, como havia compartilhado com a Deputada Liliam, que as CPIs investigam situações de agressão, de precariedade, de insuficiência de acesso aos direitos sociais e fundamentais e dirigem o seu foco e as suas baterias para o Orçamento da União, para o Ministério da Fazenda, para o Ministério do Planejamento.

Você não vai erradicar a violência contra a mulher com 0,038% do Orçamento. Você não vai conseguir universalizar as metas do Estatuto, ou do Plano Decenal de Pernambuco, ou do Plano Decenal Nacional, com o orçamento ridículo, que é o orçamento que financia as políticas de atenção à criança e ao adolescente. Você vai ficar ouvindo a sociedade, realizando conferências e mais conferências. Não é por acaso que ninguém viu até hoje uma conferência nacional sobre macroeconomia. Essa não tem. Essa fica para a Fazenda, Banco Central e Ministério do Planejamento.

Então, eu acho que a gente tem uma responsabilidade muito grande. É fundamental que nós sejamos capazes de trazer à CPI, ouvir a sociedade, ouvir os relatos, ouvir essas fraturas, essas dissintonias, essas disparidades, embora reconheçamos o esforço das pessoas, na pessoa do Delegado Alencar Zanelli; na pessoa da Promotora, que aqui está, D. Ana Carolina, da sociedade civil; na pessoa de Fernando, que é um militante histórico da causa da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mas não bastam apenas as dedicações, os empenhos e as horas



de trabalho, é preciso que haja investimentos. E os governos têm que reconhecer isso. Olhem o volume de recursos que está se movendo para fazer uma simples Copa do Mundo! Por que tudo isso não foi movido em função do direito da criança e do adolescente? É preciso ter uma Copa para todo o mundo sentar e pensar: “vamos fazer alguma coisa para evitar que na Copa haja mais exploração”. Tem que ter uma Copa para que todo mundo acorde e veja que tem que fazer alguma coisa. E se não tivesse a Copa? As coisas iam continuar no mesmo tom, na mesma sintonia.

Então, eu acho que a gente tem que radicalizar. A gente tem que ir para o enfrentamento e é com a equipe macroeconômica, seja de que governo for, porque a sociedade não paga imposto para depois ver o seu imposto transferido para quem vive da renda do papel, sem trabalhar, sem produzir, sem gerar igualdade, sem gerar distribuição de renda, sem gerar desenvolvimento humano.

Então, nós estamos aqui com esse compromisso. Somos poucos, somos poucos. Infelizmente, o Congresso hoje está muito mais representado por Deputados que são ligados ao empresariado, às oligarquias, ao latifúndio, ao agronegócio, aos bancos. É só ver a prestação de contas de campanha publicada pelo Tribunal. Mas a gente acredita que esse é o caminho que temos que seguir para construir uma sociedade justa, igualitária, democrática, não só do ponto de vista civil — votar, cada cidadão um voto —, mas democrático na distribuição da riqueza, daquilo que compete ao poder público para responder aos direitos da sociedade.

Espero que, como me mandaram aqui... Eu estava digitando aqui o tempo todo, informando às pessoas o andamento desta audiência: “*Agora está falando o Fernando, agora falou a promotora, agora falou Fulano. Está dizendo isso, está defendendo aquilo.*” E entrou aqui uma mensagem de uma companheira que nós, de Pernambuco, e outras pessoas do Brasil conhecemos, que é a companheira Valéria Nepomuceno, do CENDEC, defendendo o quê? Que haja maior intensidade dos mecanismos de avaliação e monitoramento das metas dos planos. Quando a sociedade se prepara para isso, não há dados, e quando buscam os dados, muitas vezes, o poder público é refratário, acha que está sendo investigado. E é para ser investigado mesmo, investigação é praxe, não é exceção.



Então, uma ponderação como essa, expressa por uma companheira como a Valéria, que, além da sua história no CENDEC, é uma pessoa que fez uma formação acadêmica, tem doutorado, uma pessoa de elevada qualidade do ponto de vista da pesquisa, do envolvimento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Exatamente. Então, isso é mais um estímulo para que a gente, na discussão dos problemas de enfrentamento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes, foque nessa questão do controle social da avaliação das metas. Senão, os planos vão se suceder, antecidos por conferências, por discursos. E como diz Fernando: *“Vai, mas na hora de concretizar, não tem orçamento.”* Aí fica uma democracia de fachada, porque ela só é real quando é acompanhada pelo aporte de recursos e pelo suporte necessário.

Então, queria enfatizar isso aqui e pedir desculpas pela extensão dessa fala. Mas ela vem na direção de algo que a gente está construindo há muito tempo, em Pernambuco e no Brasil, com a Érika, com a Liliam e com os outros Deputados e Deputadas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Deputado Paulo Rubem.

Vou passar a palavra para a Relatora, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estou aqui escrevendo tudo que se fala. E aí, às vezes, a gente perde o ritmo aqui. Eles já falaram e eu nem...Foi antes.

Eu estou muito feliz com essa audiência aqui em Pernambuco, de poder conhecer esses atores que lutam pelos direitos de crianças e adolescentes, de saber que existem pessoas do bem que estão lutando para melhorar a vida das crianças desse Estado.

E eu quero dizer para vocês que a questão da exploração sexual de crianças e de adolescentes ela vai além dos limites territoriais. Nós precisamos fazer com que os Governos tenham consciência de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e precisam ser protegidas e cuidadas. E é dever do Estado mantê-las dentro



da escola. Se as crianças ficam dentro da escola, elas estão protegidas do mundo lá fora. Horário integral, uma boa alimentação na escola, isso é muito importante. Nós temos que combater a exploração, combater essa falta da família com políticas públicas que possam suprir isso. E a escola é o melhor caminho.

Nós Temos que promover ações eficazes no combate aos exploradores, como falou o Dr. Luiz, os abusadores, esses mercadores que estão aí ganhando dinheiro com a infelicidade de milhares de meninas e meninos.

O que eu vi aqui é que não adianta a gente só identificar os problemas, nós temos que apresentar soluções. E estamos muito longe das soluções, porque nós precisamos atravessar uma porção de etapas até chegar ao Governo, do Governo para o Município, uma rede, o Governo Federal. E essa CPI ela tem por objetivo ouvir, sugerir, analisar, investigar e propor ações efetivas no combate à rede de exploração sexual infanto-juvenil.

Eu detectei algumas coisas que são favoráveis e outras não, no começo, desde a nossa vinda aqui, pela manhã, começando a nossa audiência. E eu continuo batendo na mesma tecla. O que ficou bem claro aqui para nós da CPI é que existe um tráfico interno de crianças e adolescentes. Isso é uma realidade, comprovada pelo Ministério Público, delegacia e a sociedade civil, e precisa ser combatida aqui em Pernambuco. A falta de integração do Judiciário com os Municípios atrapalha as investigações, os projetos. E se tivesse um maior investimento na estrutura, no setor de inteligência das Polícias, com orçamento, um orçamento melhor para estruturar a aparelhagem, os resultados seriam mais positivos.

Eu sei que cada um aqui tem trabalhado com as deficiências, com os descasos dos Governos. Mas nós precisamos ter maior integração, como eu disse, do Judiciário com os Governos Municipais, para que essas ações, tudo que vocês falaram aqui, façam parte de uma rede. Aqui foi denunciado, por esse projeto da sociedade civil — ela foi embora —, a Eleonora e a Lucilene. Ela fez aqui um relato gravíssimo. Se está acontecendo o tráfico interno, que foi detectado pelo Ministério Público, que sabe que aqui existe o tráfico interno, e pela Delegacia da Criança, nós temos que saber para onde estão indo essas crianças, esses meninos. Se existe essa rede de prostituição infanto-juvenil, que está atacando mais o recorte de



gênero, na questão da fragilidade das meninas e meninos, nós temos que dar um jeito de perceber isso e fazer com que funcionem todos esses órgãos de uma maneira ou de outra.

Na condição de Relatora, posso contribuir com o que percebi — não sei se é a mesma percepção de vocês —, que falta essa integração, falta a boa vontade dos Governos. Eu senti falta aqui de alguém que pudesse responder pela educação, pela saúde. Faltou muita coisa aqui, nessa audiência, mas foi muito proveitoso.

Eu quero dizer que existe um clamor por justiça social e pelos direitos humanos de crianças e adolescentes em todo o Brasil, e nós fazemos parte disso. E quero dizer para vocês para não desistirem, porque o doutor aqui do meu lado estava falando que ele está se sentindo desanimado. Eu falei: “Pelo amor de Deus, não faz isso, não. Se você desanimar, vai desanimar a gente também.” Porque ele é uma pessoa importante. Se ele desiste, daqui a pouco todo mundo vai ficar desanimado e desistir também. E nós não podemos desistir. Nós temos que lutar para que crianças e adolescentes sejam prioridade. Temos que investir no ser humano. Temos que investir na família. Temos que investir naquilo que acreditamos.

Então, eu deixo essa mensagem positiva para vocês. Só mesmo com essa união e a gente podendo fazer com que os Governos tenham consciência de que criança e adolescente são prioridades, é que nós vamos conseguir combater a vulnerabilidade a que nossas crianças e adolescentes são expostas diariamente.

Quero pedir, nesta tarde, que Deus possa iluminar cada um de nós. Que Deus possa nos abençoar, cada um no seu trabalho, nos seus projetos, dando luz para que a gente possa melhorar o que está aí. Pedimos a Deus que abençoe vocês. Pedimos a Deus que abençoe as crianças e os adolescentes de Pernambuco. Quero agradecer ao Deputado Paulo Rubem pela iniciativa. Quero agradecer a todos vocês pela presença, por estarem aqui ouvindo a gente, acreditando que existe solução, que a CPI não é mais uma CPI, mas uma CPI que vem amenizar o sofrimento dessas crianças e adolescentes em todo o País.

Então, nós somos gratos a vocês. Quero agradecer e dizer boa noite, muito obrigada e até a próxima. Vamos continuar aí, vocês acompanhando os resultados da CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Depois da fala da Deputada Liliam Sá, penso que essa audiência pública foi importante para que nós pudéssemos formatar e aprofundar a necessidade da produção antecipada de provas e a necessidade de uma estrutura de inteligência para que nós possamos fazer realmente o combate. Isso é responsabilidade do Governo do Estado.

Nós não podemos ter uma delegacia de proteção que não tenha os instrumentos necessários para fazer um trabalho de inteligência, porque senão nós vamos ficar na superficialidade. Ou seja, nós não vamos entrar no contato com as redes que se organizam, e são redes que mudam o seu *modus operandi*, que atuam de forma muito intensa. E essas redes precisam de contraponto do Estado.

Nada substitui o Estado neste momento. Eu penso que o Brasil teve seus traumas na sua história, mas não fez seus lutos. Teve o trauma do colonialismo, onde os pedaços de terra foram entregues aos amigos do rei, que se sentiam donos das crianças, das mulheres, donos da política, donos do que é público. E nós não fizemos o luto do colonialismo, como não fizemos o da escravidão, que é a desumanização literal, como não fizemos o da ditadura, quando o País foi arrancado dos próprios brasileiros e brasileiras, e submetido a uma sala escura de tortura. Foi desmembrado, porque a tortura desmembra, ela desencarna. E desencarna não só os brasileiros e brasileiras que foram submetidos à tortura, como o País sofreu isso.

E é preciso que a gente faça esses lutos. E a exploração sexual de crianças e adolescentes ela envolve: a desigualdade social, a desigualdade étnica, a desigualdade de gênero e a desigualdade adultocêntrica. Ela é uma negação da infância e da condição de sujeito. E é, portanto, preciso ser rompido, porque se rompe muita coisa, quando se enfrenta a exploração sexual. E se rompe a naturalização e tal, e se fazem os lutos, se fazem os lutos desse período traumático. Portanto, penso que é preciso que nós possamos fazer a integração das redes.

Acho que a Inês traz uma discussão que não surgiu apenas aqui, mas em vários locais onde nós tivemos a oportunidade de discutir, que é a ausência de uma especialização no Sistema Único de Assistência Social para lidar com a exploração sexual. Você sai do Projeto Sentinela e joga no CREAS, que discute o conjunto de violações, e o CREAS significa atender àqueles e àquelas que estão com os direitos violados, mas num nível de especialização. Nós não estamos falando de um CRAS,



nós estamos falando de um CREAS, e esse nível de especialização exige que nós tenhamos um atendimento em profundidade e que possamos, a partir daí, ressignificar a vida das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Portanto acho que essa é uma discussão que não surgiu aqui. Ela tem sido feita particularmente pelos profissionais da assistência social, e nós vamos ter que dialogar com o MDS sobre o modelo, para que nós possamos ter instrumentos que possam fazer esse enfrentamento.

Penso que há um ineditismo neste plano de combate à violência e exploração de crianças e adolescentes no complexo prisional. Ele é um plano muito centrado na capacitação e na sensibilização. Agora, é preciso considerar que a sensibilização por si só, ela é um caminho muito tortuoso. Eu lembro uma determinada ocasião em que eu estava numa unidade de internação de adolescentes em Brasília e estava sendo efetivada uma revista muito violenta pelo BOPE. Eu fui me dirigir ao Comandante do BOPE, e falei: *“Olha, os meninos...”* Ele disse: *“Meninos, não. Meninos são os nossos filhos. Esses são bandidos.”* É um pouco a experiência que a gente está tendo quando o processo de abordagem e de enfrentamento, ele fica na possibilidade de sensibilização, ou apenas se resume à sensibilização. Nós estamos vendo isso em Jirau, em Santo Antônio, em que há um processo de sensibilização dos operários da construção. Eles não conseguem identificar nessas crianças os seus filhos e as suas filhas. Não conseguem identificar. É o mesmo raciocínio: não são os nossos filhos, são pessoas que estão em exploração sexual.

Então, centrar um plano apenas na sensibilização cria uma dificuldade de resultar em uma política que possa superar a situação de exploração. É muito difícil que haja esse deslocamento, porque há uma apartação, há uma negação de que aquelas crianças ou aqueles adolescentes possam ser nossas filhas e nossos filhos. Há uma discussão que foi feita hoje na Promotoria pela Dra. Maria Luíza também, onde se discutiu algo que também não é novo, que foi detectado na CPI que foi feita na Câmara Municipal de Fortaleza e em outros locais também, uma percepção das adolescentes que são vítimas da exploração de não se sentirem vítimas, porque são remuneradas por esse processo. Isso significa que há um processo de embrutecimento e de não sentir a própria dor. Paulo Freire tem razão. Nosso amigo Paulo Rubem, que respeita Paulo Freire como eu respeito e fala muito em Paulo



Freire, tem razão ao dizer que a pior coisa é quando a gente internaliza o agressor, ou internaliza o opressor, é quando o opressor fala através de nós mesmos. Foucault também fala da microfísica do poder.

Portanto é preciso que a gente tenha condições de superar a capacitação, a sensibilização por si só, porque a capacitação, ela é importante para os agentes públicos para detectar a violação, mas ela é insuficiente, porque precisa ter rede para dar suporte. É um pouco do que acontece nas escolas. Os professores têm detectado situações de exploração sexual, são capacitados para isso, têm sido capacitados para isso, mas não têm rede, e ao não ter rede o professor verga. Ele dialoga com a violação de direitos sem condições de superá-la porque isso depende de um conjunto de políticas públicas. Trabalhar com os agentes apenas para detectar e sensibilizá-los significa partir de um processo que conta contra nós com essa apartação, com esse estranhamento, e ao mesmo tempo com uma rede que se constrói, e se constrói porque houve a desumanização simbólica.

Nós temos um país extremamente homofóbico, um país sexista, com um nível de violência contra as mulheres institucional e das mais variadas formas, muito intenso, um dos países onde mais se assassina a comunidade LGBT, os homossexuais, porque são homossexuais, um país que carrega esse nível de intolerância, e um país extremamente violento. Extremamente violento. São 40 mil pessoas mortas vítimas de homicídio por ano. É extremamente violento. Isso significa que as agendas, para romper a desumanização, elas devem ser centrais para o Governo: para o Governo do Estado, para o Governo do Município e para o Governo Federal. Têm que ser centrais. É difícil você pensar num pacto da vida em que você controle o homicídio e não coloque na agenda do pacto da vida uma discussão de respeito à própria vida. Ou seja, antes de essa criança ser submetida a uma situação de exploração sexual, ela é desumanizada. Antes de se assassinar um homossexual, ele é desumanizado, porque você não assassina um igual, você não faz a violência contra o igual. Ela é desumanizada, ela deixa de ser criança. Ela não é vista enquanto criança, não é vista enquanto adolescente, e a comunidade LGBT, as pessoas não são vistas enquanto pessoas. Por isso é preciso romper a desumanização, que é absolutamente veloz e destruidora, até a desumanização dos nossos jovens, que aprendem a desejar o que o mercado diz que eles têm que



desejar. O desejo, que é uma coisa que te faz pulsar e dialogar com o humano, porque o desejo é uma construção humana, peculiar do ser humano, ele passa a ser importado e construído nos fornos do mercado e nas planilhas de custo das empresas que querem derramar os seus produtos de consumo. Então é um processo, e a gente precisa compreender o que nós estamos vivenciando, para poder, enfim, enfrentar.

Mas, de toda sorte, a gente agradece muito. Acho que uma discussão importante que foi feita aqui foi a da antecipação das provas. Isso é importante. É preciso fazer o recorte de população de rua. É preciso ter um plano para a população de rua, que deve ter, no Estado, no Município, esse recorte da exploração sexual, porque, viole-se um direito, vai se violar outro. Você não viola um direito e guarda no bolso o direito violado; ele abre a estrada para a violação de outros direitos.

Portanto a gente agradece muito a presença de cada um de vocês.

Eu gostaria de agradecer a participação dos servidores da Câmara dos Deputados que nos acompanharam nesta diligência: o Secretário da CPI, Francisco, que está aqui conosco, o taquígrafo José Mário, a taquígrafa Denise Miranda, o operador de áudio Rodrigo Shiratori e também o operador de áudio Paulo Volpi.

Agradeço também aos servidores da Assembleia Legislativa. Agradeço ao Presidente, que nos possibilitou as condições para que pudéssemos estar aqui, o Deputado Guilherme Uchoa.

Agradeço à Sara e à Geane, do Cerimonial, ao operador de áudio Marinho, ao garçom que nos serviu com muita gentileza e com muita generosidade, o Edson Vilaça, e ao segurança legislativo Alex.

Agradeço aos assessores e assessoras do Deputado Paulo Rubem Santiago que nos ajudaram neste processo, a Juliana Sá e o Jaci Lima, à assessora de imprensa Andréa Pessoa, aos policiais federais que estão nos acompanhando até amanhã, o Valber, o Luiz Geraldo e o Cavalcante, e aos motoristas que têm nos transportado por esta cidade maravilhosa, muito machucada, mas bem cicatrizada também, que é Recife, o cabo da PM Jerônimo e o Sr. Francisco, que têm transportado a equipe dos servidores da Câmara Federal.



Eu gostaria de agradecer ainda à assessora da Deputada Liliam Sá que tem nos acompanhado em toda esta louca e bela jornada da CPI, a Maristela, e de dizer que estamos muito felizes de estar aqui.

Vou encerrar esta audiência pública, mas antes convocar a próxima reunião da CPI, para o dia 9 de outubro, às 14h30min, na Câmara Federal, portanto em Brasília.

Mais uma vez agradeço a participação do Fernando, da Maria do Amparo, do nosso juiz, da nossa querida Ana Carolina, de todas e todos que deixaram a sua marca, particularmente do Deputado Paulo Rubem Santiago, que teve a iniciativa, e nós ficamos muito felizes com ela, porque nos dá a oportunidade de conversar com vocês. A Deputada Liliam Sá colhe as informações para fazer o relatório, e nós continuamos caminhando, acreditando que é possível. Enquanto todos esses passarão, diz Mário Quintana, a gente continua passarinhando.

Um abraço para vocês. *(Palmas.)*